

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL  
CENTRO DE EDUCAÇÃO – CEDU  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA

ERICA BIANCO DE SOUZA QUEIROZ

**UNIVERSIDADE E GÊNERO: UM PROCESSO HISTÓRICO EM CONSTRUÇÃO.  
UMA ANÁLISE A PARTIR DOS CURSOS DE LICENCIATURA DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS**

MACEIÓ

2018

ERICA BIANCO DE SOUZA QUEIROZ

**UNIVERSIDADE E GÊNERO: UM PROCESSO HISTÓRICO EM CONSTRUÇÃO.  
UMA ANÁLISE A PARTIR DOS CURSOS DE LICENCIATURA DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas – UFAL como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia, sob orientação da Profa. Dra. Andréa Giordanna Araujo da Silva.

MACEIÓ

2018

**Catálogo na fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**Biblioteca Central**  
**Bibliotecário: Marcelino de Carvalho**

- Q3u Queiroz, Erica Bianco de Souza.  
Universidade e gênero : um processo histórico em construção : Uma análise a partir dos cursos de licenciatura da Universidade Federal de Alagoas / Erica Bianco de Souza Queiroz. – 2019.  
55 f.
- Orientadora: Andréa Giordanna Araújo da Silva.  
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Pedagogia) – Universidade Federal de Alagoas. Centro de Educação, Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia. Maceió, 2018.
- Bibliografia: f. 50-55.
1. Educação - Estudo e ensino - Universidade Federal de Alagoas.  
2. Professores - Formação. 4. Minorias - Educação (Superior). 5. Feminismo e educação. I. Título.

CDU: 378:316.022.4

**ERICA BIANCO DE SOUZA QUEIROZ**

**UNIVERSIDADE E GÊNERO : UM PROCESSO HISTÓRICO EM  
CONSTRUÇÃO**

Trabalho apresentado ao Colegiado do Curso de Pedagogia do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas como requisito parcial para obtenção da nota final do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

**Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em 06/12/2018.**

**Orientador: Prof. Dra. Andréa Giordanna Araújo da Silva (CEDU/UFAL)**

**Comissão Examinadora**

  
Prof. Dra. Andréa Giordanna Araújo da Silva (CEDU/UFAL)

  
Profa. Dra. Jusciney Carvalho Santana (CEDU/UFAL)

  
Profa. Dra. Carolina Nozella Gama (CEDU/UFAL)

## RESUMO

Tendo em vista a relevância de ampliar o debate das questões de gênero, o presente trabalho tem como proposta identificar os espaços reservados à discussão e aos estudos de gênero na Universidade Federal de Alagoas (UFAL), notadamente nos cursos de formação de professores. Assim, investigou-se como ocorre a inserção das discussões sobre gênero no contexto educacional de uma universidade pública. O objetivo central do estudo é identificar os espaços criados no ensino superior para o debate sobre as questões de gênero e a condição da mulher na sociedade. Os procedimentos metodológicos consistiram em pesquisas documentais e, ainda, realização do levantamento de documentos institucionais que tratam do ensino, da pesquisa e da extensão universitária. A pesquisa nos revelou inúmeras possibilidades e resultados, dentre os quais, que apesar de estarmos vivenciando um contexto de importante mudança social e histórica em torno da discussão de gênero no ambiente acadêmico, há uma presença seletiva da temática, amparada numa produção ainda insuficiente.

**Palavras-chave:** Gênero. Universidade. Educação.

## **ABSTRACT**

Considering the importance of broadening the debate on gender issues, this paper aims to identify the spaces reserved for discussion and gender studies at the Federal University of Alagoas (UFAL), especially in teacher training courses. Thus, it was investigated how the insertion of the discussions on gender occurs in the educational context of a public university. The main objective of the study is to identify spaces created in higher education for the debate on gender issues and the status of women in society. The methodological procedures consisted of documentary researches and also the collection of institutional documents that deal with teaching, research and university extension. The research revealed many possibilities and results, among which, although we are experiencing a context of important social and historical change around the discussion of gender in the academic environment, there is a selective presence of the theme, supported by a still insufficient production.

**Key-Words:** Gender. University. Education.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução por gênero de inscrições do ENEM.....	23
Gráfico 2 - Dados do Censo da Educação Superior de gênero por área nos cursos superiores.....	24
Gráfico 3 - Porcentagem de docentes por sexo nos diferentes níveis educacionais.....	27
Gráfico 4 - Relatos de violência (por grupo de 100 mil mulheres), 2015.....	47

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 - Questionário feito aos estudantes da UFAL acerca de cotas.....	33
---	----

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Docentes da educação superior organizados por sexo.....	26
Tabela 2 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes. Alagoas.....	31
Tabela 3 - Educação de crianças e jovens. Alagoas.....	32
Tabela 4 - Ocupação da população de 18 anos ou mais. Alagoas.....	32
Tabela 5 - Cursos de Licenciatura da UFAL e suas disciplinas acerca da temática de gênero.....	33
Tabela 6 - Cursos e disciplinas com o potencial teórico para abordar a temática de gênero.....	35
Tabela 7 - Levantamento de grupos de estudos que abordam gênero na UFAL.....	37
Tabela 8 - Grupos de Estudo Acerca de Gênero - Não registrados na CAPES.....	39
Tabela 9 - Ações de extensão. UFAL.....	41

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>I – GÊNERO, FEMINISMO E EDUCAÇÃO</b> .....	12
1.1 Mulher e educação formal no Brasil e o contexto de Alagoas.....	12
1.2 Gênero, feminismo e universidade.....	15
1.3 Movimento feminista e conquistas sociais.....	20
<b>II – GÊNERO, UNIVERSIDADE E POLÍTICAS AFIRMATIVAS NA UFAL</b> .....	22
2.1 Educação superior e gênero.....	22
2.2 A política de cotas por gênero da UFAL: inclusão e resistência.....	28
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	49
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	51

## INTRODUÇÃO

De acordo com os estudos no campo feminista de Blay (2001), Bertha Lutz, bióloga e política, é apontada como precursora do movimento no Brasil. Bertha foi líder da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, organização criada em 1922 em prol dos direitos da mulher. No início do século XX, a ativista uniu-se a um grupo de mulheres da burguesia e, de avião, arremessaram panfletos pelo Rio de Janeiro, onde pediam o direito ao voto feminino. Graças às reivindicações e fortalecimento da luta, o direito foi estabelecido pelo então presidente Getúlio Vargas sob decreto de nº 21.176, de 24 de fevereiro de 1932, regulando que os eleitores devem ser maiores de 21 anos e sem quaisquer distinções sexuais. Esse direito foi assegurado pela Constituição de 1934.

Mas, o debate sobre o papel da mulher na realidade brasileira tomou força a partir de 1970. Na discussão e conceituação do gênero foram acrescentadas a dimensão política e as relações de poder, o que formou um amplo, multifacetado e complexo panorama de debates. Várias pesquisas sobre gênero foram despendidas a diversos campos do conhecimento, com destaque particular para aquelas que abordavam o lugar da mulher na sociedade, com intuito de compreender os processos e conflitos que envolvem o gênero. Ganhou evidência, portanto, a problemática da luta das mulheres para superação de um sistema de exploração e submissão.

Para Silva (2008), a conquista desse espaço nas narrativas históricas se deu a partir da escola de Annales, movimento historiográfico surgido na França durante a primeira metade do século XX, que têm como proposta o abandono de uma visão positivista da escrita da História, soberana no final do século XIX e início do século XX. Portanto, o novo modelo pôs em questionamento a historiografia tradicional, apresentando novos elementos para o conhecimento e compreensão das sociedades a partir da ampliação dos objetos de pesquisa, abrindo espaço para os estudos sobre a história da mulher.

Tendo em vista a relevância de debater as questões de gênero na sociedade, o presente trabalho tem como objetivo central identificar os espaços reservados à discussão e aos estudos de gênero<sup>1</sup> na Universidade Federal de Alagoas (UFAL), tomando como prioridade todos os cursos de formação de professores.

Para que tal objetivo seja alcançado, o estudo contou com uma metodologia centrada na pesquisa documental, “[...] realizada a partir de documentos, contemporâneos ou

---

<sup>1</sup> Levando em consideração a abrangência do tema, se realizou um específico recorte de gênero, centrado na mulher. A delimitação colabora para uma maior clareza dos objetivos perseguidos.

retrospectivos, considerados cientificamente autênticos (não fraudados)” (PÁDUA, 1997, p. 62).

Sendo uma forma de pesquisa parecida com a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental tem como fontes: documentos históricos, institucionais, oficiais, dentre outros. São consideradas fontes autênticas, embora se diferencie por não experimentar um filtro analítico e por ser reelaborado de acordo com os objetivos da pesquisa (LOPES, 2006).

Neste estudo, a pesquisa documental foi delineada pela coleta de dados e de documentos em diferentes espaços institucionais, como: Site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), Diretório de Grupos de Pesquisa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o site da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Realizou-se o mapeamento de produções acadêmicas, produzidas na UFAL, em seus três eixos: ensino, pesquisa e extensão. Sendo essas pesquisas feitas na graduação<sup>1</sup> através do levantamento das disciplinas voltadas para a temática descritas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Licenciatura,<sup>2</sup> na pós-graduação<sup>3</sup>, pela observação de teses e dissertações<sup>4</sup>, de grupos de pesquisa, de estudos ativos e dos projetos de extensão em funcionamento. Foi realizado um estudo bibliográfico do percurso histórico da mulher e sua trajetória educacional no Brasil, seguido de uma análise documental dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP), ementas dos cursos de licenciatura na universidade e documentos oficiais norteadores do Ensino Superior, além da análise de dados colhidos no Núcleo de Tecnologia e Informação (NTI) da UFAL, no intuito de analisar números de mulheres nos cursos de licenciatura e nos cursos identificados superficialmente enquanto “cursos masculinos” e “cursos femininos”. Nessa etapa de coleta de dados também se insere a pesquisa das atas, do período de 2002-2018, e das resoluções, de 2003, 2012, 2013, 2014 e 2015, do Conselho Universitário da UFAL (CONSUNI/UFAL), que tratam sobre a temática. Também foram coletados documentos no Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB/UFAL), acerca da política de inclusão e do aumento de acesso da mulher à universidade.

---

<sup>2</sup> Os cursos pesquisados foram os de licenciatura da UFAL, dentre eles: Pedagogia, Educação Física, Letras, Dança, Ciências Biológicas, Ciências Sociais, Filosofia, História, Música, Teatro, Física, Geografia, Matemática e Química.

<sup>3</sup> Com base nas áreas de conhecimento dos grupos de pesquisa, foi realizado um levantamento das produções acadêmicas no âmbito da pós-graduação da UFAL, sendo os cursos observados: História, Saúde Coletiva, Educação, Antropologia, Serviço Social, Sociologia, Psicologia e Geografia.

<sup>4</sup> Não foi possível que esta pesquisa se debruçasse sobre monografias, pois há dificuldade de acesso aos dados, já que nem todas estão devidamente cadastradas em plataforma.

Utilizou-se como recurso teórico, para análise dos documentos, os estudos de Joan Wallach Scott (1995), Guacira Lopes Louro (1997), Simone Lucie-Ernestine-Marie Bertrand de Beauvoir (2009) e Eva Alterman-Blay (2002), que abordam o gênero como uma construção social, sendo esta a posição política assumida nesta pesquisa.

## **I - GÊNERO, FEMINISMO E EDUCAÇÃO**

### **1.1 Mulher e Educação Formal no Brasil e o contexto de Alagoas**

Segundo nos lembra Silva (2012), a desigualdade entre homens e mulheres, que resulta nas inúmeras formas de violência contra a mulher, possui suas raízes fincadas em alguns mitos que se consolidaram ao longo do tempo. O primeiro livro da Bíblia, Gênesis, apresenta a divisão desigual dos papéis sexuais. Deus cria o mundo em sete dias, em plena solidão. Criou o homem à sua imagem e semelhança (Adão) e o fez desfrutar livremente das riquezas naturais: natureza, fauna, água e os animais, todos existentes no intitulado Jardim do Éden (SILVA, 2012). Após esse processo, e percebendo que cada animal possuía uma correspondente fêmea, resolveu presentear Adão com uma companhia, uma mulher, moldada a partir de sua costela: Eva. A representação feminina, neste caso, se estabelece na inteira submissão ao homem, herdeiro legítimo da face de Deus.

O mito anteriormente citado passou a moldar uma moralidade universal, sobretudo nos países ocidentais, onde as religiões de matrizes cristãs ganharam força, após os violentos processos de colonização por parte dos povos europeus. Foram valores reproduzidos e disseminados nos mais diversos meios de comunicação e de educação não formal (como nas missas católicas, os cultos protestantes e obras literárias diversas) ao longo da história da vida cristã na Terra, que contribuíram significativamente para a construção do estereótipo feminino, retratado como ser frágil e pecaminoso<sup>5</sup>.

Segundo Raminelli (2007, p. 28), no livro *A história das mulheres do Brasil*, “A conduta das índias nos rituais de canibalismo deixou o jesuíta José de Anchieta atônito. O religioso narra a morte do prisioneiro em cores muito fortes, ressaltando o prazer sentido pelas mulheres”. O caráter traiçoeiro da mulher também foi representado nos distintos discursos sobre as índias canibais que se encontravam no Brasil. Eram representadas como se fossem

---

<sup>5</sup> É preciso lembrar que a mulher também é retratada em Gênesis como um ser manipulador, ao convencer Adão a provar do fruto proibido, a maçã da Árvore da Vida.

seres desprovidos da racionalidade e da civilidade exaltadas como o sinônimo da moralidade e normalidade pelos europeus. As indígenas eram descritas enquanto possuidoras de desejos sexuais irrefreáveis, condicionadas por nada mais que perversão constante.

No Brasil colonial, mesmo a mulher branca era posta em condição de submissão em relação ao homem, seja no âmbito econômico, social ou educacional, permanecendo inferiorizada na sociedade, excluída politicamente e eliminada na produção historiográfica. Oliveira (2012) lembra que a sociedade patriarcal agrária mantinha um duplo ideal de moralidade, onde o homem possuía extrema liberdade, considerado como “sexo forte”, “dominador”, “solucionador dos problemas”, enquanto a mulher era completamente reclusa, perdendo oportunidades e se mantendo tão somente como objeto de satisfação sexual, fiel ao marido e provedora de sua alimentação e demais cuidados. A descrição de Almeida (1998) é enfática nesse sentido:

No imaginário da sociedade brasileira no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, o sexo feminino aglutinava atributos de pureza, doçura, moralidade cristã, maternidade, generosidade, espiritualidade e patriotismo, entre outros, que colocavam as mulheres como responsáveis por toda beleza e bondade que deveriam impregnar a vida social (ALMEIDA, 1998, p. 17).

Oliveira (2012) lembra, também, que neste contexto histórico não se pode desvincular a realidade brasileira dos acontecimentos europeus, já que o advento da colonização se deu pelo processo comercial e econômico. Com isso, a necessidade de formação escolar era ínfima no período colonial já que, na época, a população não carecia de grande conhecimento para exercer funções agrícolas rudimentares e repetitivas. Diz ainda que, além disso, a educação era extraída do processo de sociabilidade, pois havia um temor de que o poder eclesiástico fosse enfraquecido graças ao aumento da escolarização populacional e, claro, o desenvolvimento da capacidade de criticidade das pessoas. Em vez disso, entra em cena outra vertente educacional: a educação religiosa.

A educação religiosa se intensificou com a chegada dos jesuítas, que iniciaram o sistema de catequese, incentivando a leitura e a escrita de textos bíblicos. Oliveira (2012) relata que a educação era unilateral e voltada propriamente aos homens. As meninas das famílias abastadas, por sua vez, eram enviadas aos conventos de Portugal dominados pela lógica masculina, reflexo dos códigos de conduta cristã, baseados na subserviência anteriormente apresentada em Gênesis, primeiro livro da Bíblia. As filhas da nobreza, portanto, possuíam uma educação para assumir funções sociais bem definidas, reverenciando a importância e rigidez masculina dentro do lar e da sociedade como um todo.

Ainda, de acordo com Oliveira (2012), o panorama só começa a mudar sutilmente com a chegada da família real e da Corte Portuguesa ao Rio de Janeiro, no final de 1808, embora costumes com relação às mulheres tivessem sido mantidos. As mudanças ocorreram para as mulheres pertencentes às elites, pois o processo de urbanização forçado, oriundo da chegada da nobreza portuguesa, fez com que elas saíssem do espaço da casa-grande e passassem a frequentar festas, teatros, igrejas, ampliando seus contatos sociais (OLIVEIRA, 2012).

Em 1827, a mulher pôde, enfim, participar do processo educacional proposto pela igreja, onde foi orientada a solucionar questões típicas do lar nas escolas elementares, especificamente as atividades domésticas, o convívio social e questões disciplinares, por meio das orientações de etiqueta. A educação que, como visto em Oliveira (2012), era disponível apenas às mulheres mais abastadas provenientes de nobres famílias, também previa a preparação para o casamento. Por outro lado, era oferecido aos homens uma educação utilitária e tradicional de leitura, escrita e cálculos, que lhes permitiam maior contato com oportunidades de negócios e, conseqüentemente, prosperidade financeira.

Castanha (2008) informa que a Província do Rio de Janeiro criou a primeira Escola Normal do Brasil, em Niterói, através da Lei n. 10, de 4 de abril de 1835, estimulando o amplo ingresso feminino. Segundo a lei, era determinado que o indivíduo só seria admitido nas seguintes condições: “ser Cidadão Brasileiro, maior de dezoito anos, com boa morigeração, e saber ler e escrever”. O objetivo da Escola Normal era formar professoras para lecionar no Ensino Primário, criando então uma oportunidade das classes populares à educação. Por meio de Decreto de número 7.247, de 19 de abril de 1879, as mulheres são, enfim, autorizadas a cursar a Escola Normal em todo território do Império.

Com a explosão da industrialização na Europa, houve um crescente aumento da prática de ensino, objetivando a formação de mão de obra qualificada. Começa então a se pensar na educação não apenas para suprir as necessidades de convívio social da burguesia e aprimorar códigos de conduta, mas também voltada às classes menos favorecidas, embora direcionada sempre ao mercado de trabalho, assim sendo, superficial e mecânica. Nesse contexto, as práticas pedagógicas se tornam mais importantes pela centralidade que a educação passaria a ter na vida dos trabalhadores, não os ensinando a serem críticos dos processos capitalistas que então surgiam, mas a trabalhar mecanicamente, sendo capazes de aprender a desempenhar funções básicas de atuação no mercado para suprir as necessidades mercadológicas do capitalismo. Para tanto, seria indispensável contar com toda mão de obra disponível, até mesmo a força de trabalho das mulheres.

Ao longo do século XX, a feminização do magistério no Brasil tornou-se evidente por conta de alguns elementos cruciais. Inicialmente na profissão educacional, o homem era tido como o perfeito exemplo a ser seguido pelas crianças, sendo a moralidade social construída a partir da masculinização da sociedade, pois ser homem era representar o ideal de formação do caráter, detendo sabedoria e domínio absoluto na tomada de decisões. Tendo em vista o papel de provedor da casa atribuído ao sexo masculino e a ampliação dos postos e tipos de trabalho, os homens passaram a se envolver noutras ocupações, deixando para as mulheres o trabalho desvalorizado, justificando a natureza feminina para atividades de orientação de crianças e jovens, como um ser indiscutivelmente maternal. Assim:

A feminização do magistério primário no Brasil aconteceu num momento em que o campo educacional se expandia em termos quantitativos. A mão-de-obra feminina na educação principiou a revelar-se necessária, tendo em vista, entre outras causas, os impedimentos morais dos professores educarem as meninas e a recusa à co-educação dos sexos, liderada pelo catolicismo conservador. Com a possibilidade das mulheres poderem ensinar produziu-se uma grande demanda pela profissão de professora. Aliando-se a essa demanda, o discurso ideológico construiu uma série de argumentações que alocavam às mulheres um melhor desempenho profissional na educação, derivado do fato de a docência estar ligada às idéias de domesticidade e maternidade (ALMEIDA, 1998, p. 64).

Almeida (1998) conclui que essa ideologia teve o poder de reforçar estereótipos e a segregação sexual das mulheres, pelo entendimento que cuidar de crianças e se responsabilizar por sua educação era uma missão originalmente feminina e o magistério se revelava seu lugar por excelência. Assim, numa educação construída por homens e para homens em sua inteireza de valores, a participação da mulher escolarizada no mercado de trabalho formal surge para estender ao espaço público as determinações privadas que lhe cabiam, ou seja, atuar nos cuidados das crianças e dos jovens, e sem ter participação efetiva na criação dos conteúdos curriculares formais, compartilhando de suas próprias experiências e noções de mundo em sala de aula.

## **1.2 Gênero, Feminismo e Universidade**

Ao longo da história, a imagem da mulher foi sendo fundamentada e publicizada por homens, que usufruíam de posição privilegiada na construção de uma vasta literatura, extorquindo-lhe espaço e voz. Invisibilizada e subjugada na produção de conteúdos e relatos sobre si própria e suas experiências, e com restrito acesso à educação formal, a mulher foi retratada como incapaz de desempenhar funções de cunho político, militar e econômico na

sociedade, sob a justificativa de inferioridade biológica. A restrição teve e tem como resultado a escassez de mulheres ocupando espaços na ciência, economia, literatura e nas artes. Nesse sentido, é importante pontuar o trabalho de Simone de Beauvoir (2009), ao retratar, em seu livro *O segundo sexo*, a inexistência de estudos que comprovem diferenças intelectuais e biológicas entre sexos feminino e masculino, e que tal premissa se alastrou na sociedade por intermédio da cultura patriarcal, chegando a formar valores que se institucionalizaram, sobretudo na forma de leis.

Para Louro (1997), o conceito de gênero tem relação direta com a atuação histórica do movimento feminista contemporâneo, que surgiu nos Estados Unidos na segunda metade da década de 1960. Embasado em Foucault, Louro (1997) também propõe a relação entre gênero e relações de poder. Portanto, utiliza o termo “biopoder” como forma de pensar o conjunto de disposições e práticas voltadas historicamente para o controle do indivíduo, como, por exemplo, o casamento, ritual prestigiado como forma de controle social.

O poder se prolifera nos diversos tipos de relacionamento. Na relação entre homem e mulher sempre houve um controle desigual, embora atualmente os movimentos e estudos feministas em prol da liberdade e igualdade tratem de diminuir essa disparidade.

Louro (1997) apresenta uma série de questionamentos sobre a origem das relações de poder, justamente para problematizar o domínio masculino frente à submissão feminina, o que implica pensar o gênero no contexto histórico de uma hegemonia branca, masculina, heterossexual e cristã na sociedade, ditando regras e concepções socialmente afirmadas e compartilhadas. Segundo este autor, o conceito de gênero só começa a aparecer definitivamente nos textos acadêmicos brasileiros no final dos anos 1980, com a transformação dos campos histórico e educacional.

Segundo Scott (1995), o gênero é a face das relações sociais e da expressão de poder, que toma como base as distinções entre os sexos. Logo, gênero e sexualidade são vistos como construções sociais, em mudança plena de posturas e significados, sobretudo quando há movimentos que atuam ativamente na reivindicação dessas mudanças.

Mas o conceito de gênero encontra sua discussão decisiva a partir dos escritos de Simone de Beauvoir, em meados da década de 1950. A autora realizou estudos envolvendo a temática da mulher na sociedade e desenvolveu pensamentos acerca do gênero enquanto construção dentro de uma arena social de disputa.

Beauvoir (2009) lança o livro *O segundo sexo* num contexto intrigante, pós-Segunda Guerra Mundial, em que questiona os paradigmas em voga e colabora para criar um marco

para os estudos sobre a discriminação feminina. Em seus escritos, a autora argumenta através de mitos que se destacaram na concepção do que é ser mulher numa sociedade, e como historicamente elas são tidas como incapazes da organização da sociedade, seja por uma ótica cristã, referente ao surgimento de Eva para satisfazer a necessidade de companhia de Adão, seja refletida na imagem da Virgem Maria, de destacável pureza e santidade, ou pela mitologia grega, em que Pandora foi responsável pela abertura da caixa com todos os males do mundo. Já no primeiro capítulo de sua obra, Beauvoir (2009) refuta a concepção de diferença biológica entre os sexos, indicando, sim, a existência de uma construção social que vê no termo “fêmea” uma denominação pejorativa, enquanto “macho” é motivo de orgulho e de vigor. Para a autora, os homens são quem dirigem a história e o mundo, seja nos cargos de chefe de Estado, de pintores ou de exploradores. Nesse contexto, o feminismo, como posição ideológica e política, se torna essencial na luta para equalizar esses papéis sociais, pois através dele é possível ter uma discussão de gênero mais aprofundada, e para isso é preciso fazer uma breve retrospectiva histórica acerca desse movimento social fundamental para o avivamento da temática e dos debates em sociedade.

No Brasil, o feminismo é remanescente do movimento sufragista que eclode no século XIX, alcançando suas primeiras conquistas territoriais no início do século XX e tendo algumas mudanças substanciais ao final deste século. Reforçado pelos acontecimentos do Ano Internacional da Mulher, em 1975, os primeiros grupos defensores da causa feminista foram criados em São Paulo, ainda no início dos anos 1970, onde se detectou a necessidade de analisar e discutir problemas vivenciados pelas mulheres e sua designação na sociedade, através de debates inéditos sustentados pelas vozes das próprias mulheres. Das primeiras sufragistas, destacam-se: Bertha Lutz, em São Paulo; Leolinda Dalton, na Bahia; Eneida de Moraes, no Pará; e Violeta Campos, no Maranhão. Além destas, diversas outras mulheres, ao final do século XX, modificaram fortemente os rumos das histórias promovendo relatos e lutas que refletiam suas próprias visões de mundo.

Como nos elucidada Ferreira (2011), os movimentos feministas no Brasil emergiram na década de 1970, articulados com as lutas pela anistia e maior participação política. As ações iniciais se concentram no eixo São Paulo e Rio de Janeiro, de maior desenvolvimento educacional, econômico e cultural. Posteriormente, as ações foram irradiadas para os demais estados das regiões Norte, Sul, Centro Oeste e, por fim, Nordeste, embora fossem grandes as dificuldades de articulação e disseminação das lutas num território de dimensões continentais. Como resultado desse importante processo, vários movimentos eclodiram ao final dos anos

1970 e início dos anos 1980, incluindo novas pautas e descrevendo seus objetivos: requisitando moradia, lutando contra carestia e em defesa dos direitos humanos.

Especificamente na região Nordeste, o feminismo surge, em sua fase inicial, nos estados da Bahia, Pernambuco, Paraíba e Maranhão, sendo eles os mais articulados ao eixo Rio-São Paulo, carro-chefe do movimento no país. Já a partir dos anos 1980, surgem outros grupos oficializados enquanto organizações não-governamentais e grupos de pesquisa que, fazendo uso do espaço e do aparato disponível nas universidades, passam a demonstrar na pesquisa científico-acadêmica a necessidade de aprofundamento dos estudos sobre desigualdade de gênero.

No estado de Pernambuco, por exemplo, houve uma destacável efervescência de grupos criados nesse período, incluindo os que combatiam diretamente a ditadura militar no país, sendo eles: Centro de Mulheres do Cabo, Cais do Porto, Viva Mulher e vários outros núcleos femininos ligados à Universidade Rural de Pernambuco, à Universidade Federal de Pernambuco e à Fundação Joaquim Nabuco. Outros grupos também foram formados pelo Nordeste. Na Bahia, por sua vez, o movimento feminista foi responsável pelo novo momento político do estado, resultando posteriormente na elaboração do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM). O NEIM comemora 35 anos de existência em 2018, e atualmente ainda trabalha assiduamente pela permanência do tema na universidade da Bahia, incentivando decisivamente outras instituições do Norte e Nordeste a seguirem os mesmos rumos. No caso do estado do Maranhão, o feminismo nasce como movimento social não homogêneo, questionando veementemente a política e o poder instituído por meio das relações patriarcais. Os exemplos nos servem para perceber o percurso do movimento no Nordeste e destacar conquistas, tais como criação de pós-graduações e graduações que abordam a temática de gênero, ampliando significativamente as pesquisas na área, fator crucial para um debate consistente sobre as mulheres nos estados nordestinos e articulação das mesmas com o feminismo de âmbito nacional.

Finalmente, no estado de Alagoas, os movimentos de mulheres surgem em meados da década de 1970, sendo suas bandeiras primordiais: à luta pela anistia e pela redemocratização, influenciada pelo retorno das exiladas políticas. Segundo Silva e Júnior (2014), as mulheres passaram a ter participação nas organizações comunitárias e nos partidos políticos, além de assumirem lugar importante nos espaços acadêmicos, com uma postura questionadora frente à submissão feminina na universidade e na sociedade em geral. Paralelamente aos movimentos definidos enquanto feministas, surgem outros movimentos sociais em Alagoas, marcados por

uma forte presença das mulheres, como movimentos sindicais, sanitaristas, movimento negro, movimento de educação e movimento pela terra, com lutas travadas por melhores condições de trabalho e igualdade nas mais diversas áreas.

Silva e Júnior (2014) relatam que o ano de 1985 foi um importante momento para o estado de Alagoas, contando com a chegada dos debates do movimento feminista e de mulheres à Universidade Federal de Alagoas após a criação do Núcleo de Pesquisa sobre a Condição Feminina, iniciado pela professora Belmira Magalhães e outras pesquisadoras interessadas pelo tema, seguido pelo Núcleo Temático Mulher & Cidadania, de 1989, iniciado pela feminista Nádia Regina Loureiro, além do grupo Mare&Sal Estudos e Pesquisas, de 1997, liderado por Izabel de Fátima de Oliveira Brandão e Maria de Fátima de Albuquerque.

Os grupos descritos demonstram que, em Alagoas, houve uma similaridade com os principais estados brasileiros onde se desenvolveram movimentos feministas, ou seja, há uma conexão entre as bandeiras defendidas e as esferas político-acadêmicas.

Na Universidade Federal de Alagoas, bem como no resto do país, os trabalhos sobre a mulher e a abordagem das questões de gênero começaram a ser produzidos na década de 1970, no entanto, de forma ainda inexpressiva. Os cursos responsáveis pela implantação dos estudos foram principalmente os de Ciências Sociais, Letras, Serviço Social, Nutrição e Psicologia, que abordavam temáticas como violência e trabalho, só posteriormente fazendo uso da categoria “gênero”.

A criação de núcleos de estudos e pesquisas configurou-se como essencial para fortalecer, difundir e fomentar discussões e produções com a realização de eventos, palestras, encontros e seminários, reunindo pesquisadoras e pesquisadores, além de estudantes, para o aprofundamento da temática. Segundo Silva e Júnior (2014, p. 2193):

Os estudos sobre a mulher e as questões de gênero na Universidade Federal de Alagoas inicialmente sofreram algumas resistências e indiferenças, sendo visto enquanto um espaço de pouca importância em meio às demais produções, estudos e pesquisas. Eram vistos enquanto temas não merecedores de um olhar científico, e introduzir essa temática aos estudos e pesquisas dentro da instituição tornou-se algo desafiador e ao mesmo tempo de grande importância na construção de um conhecimento acerca das relações sociais. Surgiu assim, em meio a muitos entraves uma base para reflexão de antigas, atuais e futuras indagações que ampararam novos olhares nas produções e seus reflexos na vida social estando diretamente ligados ao engatinhar dos estudos de gênero na UFAL.

Identificar a trajetória histórica do movimento feminista, sua atuação no estado de Alagoas e a conexão com o espaço de discussão da universidade é fundamental para o entendimento das produções realizadas na UFAL ao longo dos últimos 40 anos. Segundo Silva e Júnior (2014), as primeiras obras envolvendo as categorias “mulher”, “feminismo” e

“gênero” associadas ao Sistema de Bibliotecas datam de 1970, década crucial ao nosso estudo por representar a efervescência dos movimentos no Nordeste. A partir dos anos de 1990, há uma maior concentração, organização e participação ativa nas produções, com a introdução dos estudos de gênero e a criação dos anteriormente citados núcleos de pesquisa. Portanto, conhecer a história do movimento feminista e de suas lutas no Brasil pode ser o caminho para compreender que a literatura acadêmica foi produzida com base nas experiências produzidas pelas próprias mulheres, que têm reforçado a quebra de paradigmas e criado para as mulheres a possibilidade de desenvolver produções nos mais diversos campos do conhecimento.

### **1.3 Movimento Feminista e Conquistas Sociais**

A atuação do movimento feminista em diversas frentes foi fundamental para conduzir as lutas e garantir as conquistas e transformações socioculturais que possibilitaram o surgimento de políticas públicas específicas, como o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, por exemplo. Segundo Momo et al. (2013), sobretudo entre as décadas de 1970 e 1980, as mulheres passaram a ser mais atuantes na esfera pública, sustentando debates em torno da sexualidade, aborto, direitos à cidadania e violência intrafamiliar. No caso específico do Brasil, a institucionalização da relação entre Estado e movimento das mulheres se deu em virtude da mobilização feminina no processo de redemocratização, na década de 1980.

Momo et al. (2013) nos explica que as primeiras políticas públicas direcionadas para a questão de gênero surgiram em 1983, quando foram criados os primeiros conselhos estaduais de Direitos da Mulher e da Condição Feminina, na forma de órgão colegiado, sob representação do movimento feminista. Mais tarde, em 1985, foi instalada a primeira Delegacia de Política de Defesa da Mulher no Estado de São Paulo. No mesmo ano, nascia o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), institucionalmente vinculado ao Ministério da Justiça, através da lei nº 7.353, de 29 de agosto de 1985 (BRASIL, 1985). Posteriormente, era criado o Fundo Especial de Direito da Mulher, disponibilizando recursos para o CNDM e, assim, originando outras políticas e programas voltados à igualdade de gênero. O processo iniciado com a feitura do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) foi crucial para a luta da igualdade de gênero e conquista de direitos, como expressa a Carta Magna de 1988 (BRASIL, 1988).

Em 1990, foi reconhecida a importância da elaboração e aplicação de políticas públicas para o combate das desigualdades entre gênero. Dessa forma, se estabelece a participação do Estado brasileiro como responsável por tais políticas, e o aproxima definitivamente das causas defendidas pelas mulheres.

Em 1º de janeiro de 2003, cria-se, com status de ministério, a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres da Presidência da República (SEPM/PR), inaugurando um novo momento na articulação, formulação e coordenação de políticas públicas de fomento à igualdade de gênero. Já entre os dias 15 e 17 de julho de 2004, é realizada em Brasília a I Conferência Nacional de Políticas para Mulheres, que reuniu mais de 120 mil mulheres participantes, se contabilizadas as plenárias municipais, estaduais e regionais. Logo, as deliberações da conferência subsidiaram o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), documento norteador para o desenvolvimento de políticas públicas para as mulheres pelo Governo Federal e outras esferas (MOMO et al., 2013). Em sua primeira versão, o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) foi organizado em cinco eixos temáticos específicos: a) enfrentamento da pobreza: geração de renda, trabalho, acesso ao crédito e à terra; b) superação da violência contra a mulher: prevenção, assistência e enfrentamento; c) promover o bem-estar e qualidade de vida para as mulheres: uso e ocupação do solo, saúde, moradia, infraestrutura, equipamentos sociais, recursos naturais, patrimônio histórico e cultural; d) efetivação dos direitos humanos das mulheres: civis, políticos, direitos sexuais e direitos reprodutivos; e) desenvolvimento de políticas de educação, cultura, comunicação e produção de conhecimento para a igualdade.

Em 2007 ocorreu a II Conferência Nacional de Políticas para Mulheres, onde as mulheres brasileiras se reuniram em Brasília para avaliar a implementação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) e para discutir sua participação nos espaços de poder. Atualmente, as políticas nacionais de combate à desigualdade de gênero são orientadas pelo III Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, resultado da III Conferência Nacional de Políticas para Mulheres (3º CNPM), realizada em dezembro de 2011, reunindo mais de 200 mil participantes. O documento busca alcançar, entre outros objetivos, a autonomia da mulher em todas as dimensões da vida, igualdade efetiva com os homens em todos os âmbitos, universalidade de serviços e benefícios ofertados pelo Estado e participação ativa das mulheres em todas as fases das políticas públicas (BRASIL, 2013).

Com isso, a aproximação do Estado brasileiro com as causas dos movimentos feministas tem acentuado o combate das desigualdades de gênero em diversas vias, a exemplo

da educação escolar, se intensificando no governo petista de Lula e Dilma, de 2003 à 2016. Pois, os diferentes tipos de impedimentos impostos ao ingresso das mulheres no ensino formal foram decisivos para a posterior hierarquização na distribuição de cargos e ocupações do mercado de trabalho.

As mulheres são subtraídas dos espaços sociais, como na ciência e na política, ou mesmo na literatura, e essa informação tem íntima relação com os processos educacionais. Na década de 1970, 70% dos alunos do curso de Ciências da Computação do Instituto de Matemática e Estatística (ME – USP). Em comparação, numa turma de 2016, estes números atendiam apenas 15%. A queda brusca de participação em cursos desse perfil pode ser também explicada pelas características socialmente atribuídas ao manejo dos computadores. Antes mesmo de se tornar um aparelho portátil e popularizado, os computadores eram máquinas que produziam dados numéricos, e as mulheres se destacavam pela criação de linguagens de programação, chegando a figurarem como maioria em cursos de formação. Já com a popularização do computador e sua compactação e acessibilidade para as residências, uma das características acrescentadas às máquinas era seu potencial para jogos digitais. Assim, as mulheres passaram a desocupar tais postos pelo estereótipo socialmente construído de que jogo digital é “coisa de menino”, noção que escancara a lacuna deixada pela ausência de uma discussão acentuada sobre gênero (SANTOS, 2018).

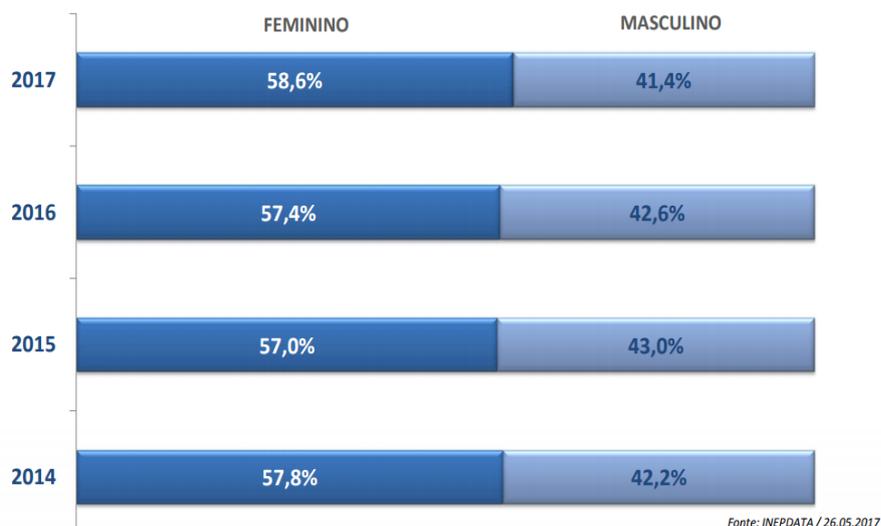
## **II - GÊNERO, UNIVERSIDADE E POLÍTICAS AFIRMATIVAS**

### **2.1 Educação Superior e Gênero**

Na atualidade, tanto no Ensino Básico quanto no Ensino Superior, as mulheres alcançam os maiores índices de escolarização. No que se refere à alfabetização, elas ocupam taxas 20% maiores se comparadas aos homens. Ainda, de acordo com os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), com base numa pesquisa desenvolvida acerca da última edição do Exame Nacional do Ensino Médio -ENEM (2017), as mulheres seguem sendo maioria, correspondendo a 58,6% de inscrições e 41,4% sendo homens.

Abaixo é possível averiguar o gráfico da evolução por gênero em relação às inscrições confirmadas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

**Gráfico 1 - Evolução por gênero nas inscrições do ENEM.**

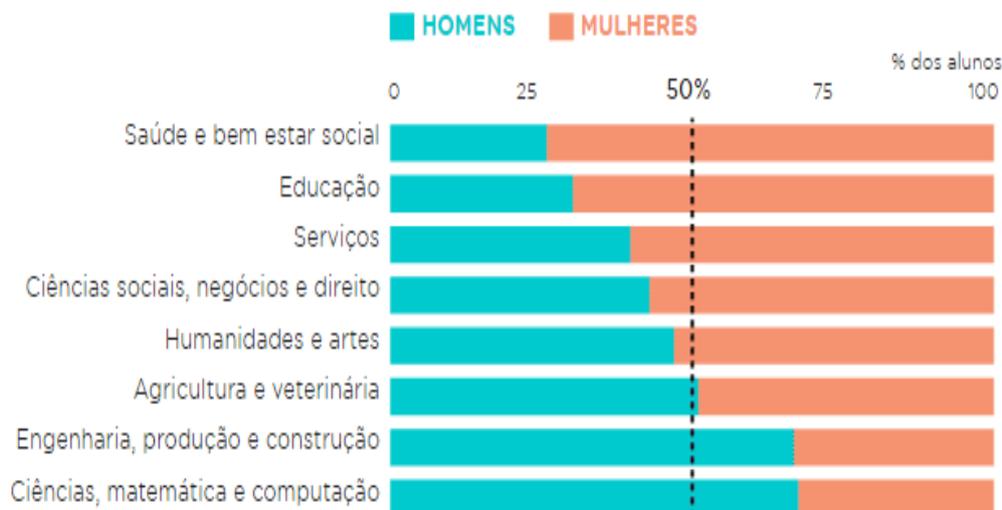


Fonte: INEPDATA, 2017.

De acordo com a última pesquisa feita, no ano de 2015, pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), denominada como IV Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação (ANDIFES, 2015), as mulheres correspondem a 52,37% dos graduandos das universidades federais brasileiras, enquanto que os homens correspondem a 47,47%.

Embora tais dados demonstrem um aumento da escolaridade da mulher, que paulatinamente conquista seu espaço de direito, é preciso seguir com as discussões sobre as condições em que tais mulheres se encontram nessas universidades. Mesmo senso maioria, persiste a atmosfera instável e de desigualdade, sobretudo com a segregação a partir de cursos nomeados enquanto "femininos" e "masculinos", em que são considerados os estereótipos reproduzidos para definir as características dos sujeitos que assumem diferentes postos no mercado. Assim, os cursos masculinizados são, normalmente, os relacionados às áreas de ciências agrárias e ciências exatas, como o curso de engenharia, por exemplo, sendo esses espaços associados aos melhores salários e a posturas de arrojado planejamento ou de trabalho que requer grande concentração, como a atuação numérica-estatística e o desenvolvimento e controle de máquinas. Tais aspectos são fortalecidos e compartilhados por ideologias de disputa de poder, que associa homem à facilidade com cálculos, planejamentos, noção espacial e raciocínio lógico e, por sua vez, designam cursos "femininos" pertencentes às áreas de humanas ou saúde, relacionando-os ao cuidar, ao talento para a maternidade e à vocação para certas atividades de menor complexidade e maior afetividade.

**Gráfico 2 - Distribuição das Vagas dos Cursos por Gênero.**



Fonte: INEP, 2016.

No passado, a mulher era privada de exercer funções profissionais fora do espaço do lar. Ao iniciar a conquista por seu espaço, em meados do século XX, a maioria migrou para o exercício da docência e para a indústria, quando não se exigia qualificação profissional formal para desenvolvimento das atividades laborais, e até os dias de hoje temos números expressivos de mulheres ocupando esses postos de trabalho.

Em estudo recente, divulgado pelo Censo da Educação Superior (2016), as mulheres surgem com 60% no que se refere a pessoas que concluíram cursos superiores no Brasil, no ano de 2015. O dado reforça uma gradual transformação da sociedade que, através das ações dos movimentos sociais e de suas conquistas, fizeram com que a mulher passasse a ocupar lugar de destaque nas universidades. Entretanto, quando são levados em consideração apenas os cursos relacionados às ciências, os números caem para 41%, índice sem qualquer aumento expressivo desde o ano 2000. Ainda segundo a pesquisa, se isolarmos a análise apenas ao curso de engenharia, perceberemos então um desequilíbrio mais acentuado: dos formados em 2015, 70,7% eram do sexo masculino, enquanto apenas 20,3% do sexo feminino.

No documento jornalístico “Número de novos alunos em cursos superiores presenciais cai em 2016” (TENENTE, LOPES, 2017), que apresenta os resultados de entrevistas realizadas com diversas adolescentes e mulheres, é possível observar os discursos de preconceito de gênero vinculados à ciência, o que corrobora com dados desiguais de formados destacados anteriormente. Segundo o material jornalístico, os comportamentos, estereotipados, desejáveis e atribuídos à mulher, desde a infância, fortalecem essa

segmentação, já que se pretende construir uma imagem feminina "intocável", polida e disciplinada (sentadas, comportadas e bem vestidas), enquanto que os homens cientistas são desbravadores do mundo e se "sujam" para explorar novas possibilidades (TENENTE, LOPES, 2017).

De acordo com o último Censo do Professor, realizado em 2007 pelo INEP, nota-se que a medida que o grau de ensino aumenta, o homem passa a tomar mais espaço nas instituições e no mercado de trabalho, o que pode ser, novamente, relacionado aos aspectos salariais ou desprestígio profissional e restrição da mulher no campo científico. Como afirma Louro (1997, p. 17) "[...] a segregação social e política a que as mulheres foram historicamente conduzidas tivera como consequência a sua ampla invisibilidade como sujeito — inclusive como sujeito da Ciência."

Segundo dados da pesquisa "Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça", divulgados em março de 2017 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), desenvolvida em parceria com a ONU Mulheres, as mulheres brasileiras, que estão inseridas no mercado de trabalho, em sua maioria, são chefes de família e apresentam níveis escolares melhores do que os homens. Mas, nos últimos 20 anos, a inserção no mercado de trabalho atingiu um determinado limite, deixando de beneficiá-las pelo maior grau de escolaridade. A desigualdade entre mulheres negras e brancas, no que se refere ao nível de escolaridade e renda, também é persistente. O estudo tratou de analisar indicadores com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD (IBGE, 2015), entre os anos de 1995 e 2015. Dentro dessa realidade, alguns resultados cabem ser citados:

- Dupla jornada de trabalho: o índice de mulheres que declaram desempenhar tarefas domésticas se manteve quase inalterado. No primeiro, a taxa é de 94,1%, enquanto que no segundo diminuiu levemente para 89,9%;
- Mulheres atingiram um "teto" na participação no mercado de trabalho, sobretudo na área doméstica formal: em 1995, 54% das mulheres de 16 a 59 anos ocupavam o mercado de trabalho, enquanto que em 2015, a taxa era de 55%. Praticamente nenhuma mudança;
- Houve aumento na renda das mulheres negras, mas elas ainda estão na parte mais baixa da pirâmide: a renda média das mulheres negras teve um crescimento real de 80,1%, mas continuam com a menor renda se comparadas com as mulheres brancas e homens negros e brancos;

- Cresce a proporção de mulheres responsáveis pelo lar: em 1995, 23% dos domicílios tinham mulheres como chefes de família, enquanto que em 2015 esse número chegou a 40%;
- Por fim, o analfabetismo diminuiu entre as mulheres negras: Em 1995, era de 23,1% a taxa de analfabetismo de mulheres negras de 15 anos ou mais, enquanto que entre as mulheres brancas a taxa era de 10,1%. Após 20 anos, a taxa de analfabetismo entre mulheres negras era de 10,2%, mas seguia maior que a taxa entre mulheres brancas, que era de 4,9%.

Especificamente na educação, de acordo com a Sinopse Estatística da Educação Superior, de 2016, feita pelo INEP, constata-se um número reduzido de docentes de ensino superior do sexo feminino nas Instituições de Ensino Superior, que corresponde a 181.127, havendo quase o dobro do sexo masculino, que corresponde a 216.484, como se pode ver no quadro abaixo:

**Tabela 1 - Docentes da educação superior organizados por sexo.**

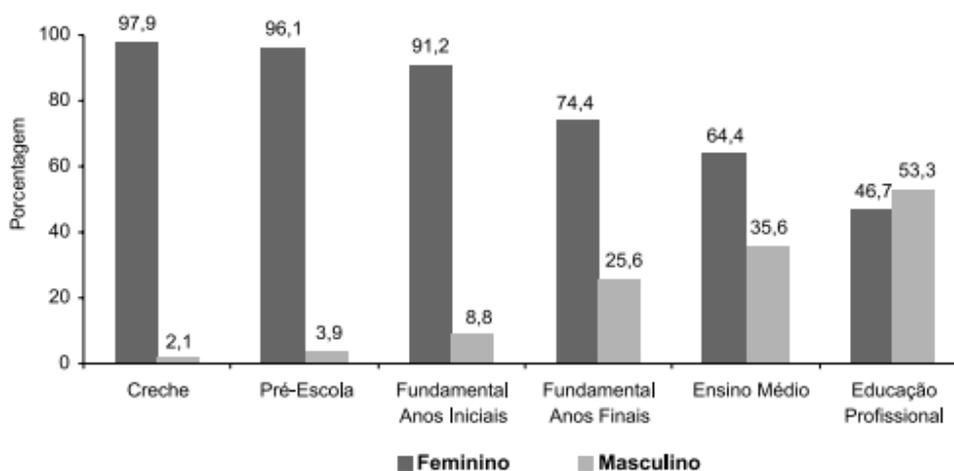
Censo da Educação Superior 2016															
2.2 - Número total de Docentes (Em Exercício e Afastados), por Organização Acadêmica e Sexo, segundo a Unidade da Federação e a Categoria Administrativa das IES - 2016															
Unidade da Federação / Categoria Administrativa	Docentes (Em Exercício e Afastados)														
	Total			Universidades			Centros Universitários			Faculdades			IF e CEFET		
	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino
Brasil	397.611	216.484	181.127	215.553	115.714	99.839	43.931	23.519	20.412	116.695	64.005	52.690	21.432	13.246	8.186
Pública	178.117	97.743	80.374	145.610	77.949	67.661	1.604	875	729	9.471	5.673	3.798	21.432	13.246	8.186
Federal	116.223	64.709	51.514	94.328	51.114	43.214	.	.	.	463	349	114	21.432	13.246	8.186
Estadual	54.010	28.646	25.364	48.005	25.008	22.997	101	49	52	5.904	3.589	2.315	.	.	.
Municipal	7.884	4.388	3.496	3.277	1.827	1.450	1.503	826	677	3.104	1.735	1.369	.	.	.
Privada	219.494	118.741	100.753	69.943	37.765	32.178	42.327	22.644	19.683	107.224	58.332	48.892	.	.	.

Fonte: INEP, 2016.

É necessário destacar que as recentes políticas, programas e projetos de acesso feminino à universidade não garantem uma experiência positiva das mesmas no decorrer dos cursos escolhidos, eles garantem o acesso, mas não a permanência, seja por desprestígio profissional ou salários desiguais.

Abaixo dados em torno da ocupação feminina e masculina de acordo com os diferentes níveis educacionais, constatando neste setor o espaço profissional da mulher é majoritariamente a educação infantil e o ensino fundamental.

**Gráfico 3 - porcentagem de docentes por sexo nos diferentes níveis educacionais**



Fonte: INEP, 2007.

Seguindo os apontamentos de Chamon (1996), os homens abandonavam a área da docência para a ocupação de profissões mais rentáveis, uma vez que eles possuíam facilidades para transições profissionais mais bruscas e ainda lidavam com as pressões do provimento da casa. O último fator possível para o protagonismo da mulher na educação infantil se relaciona com sua classe social, como se pode analisar a seguir:

Para as mulheres pobres significa ganhar o pão de cada dia; para as mulheres que tinham condições financeiras melhores a possibilidade de uma atividade fora dos domínios do lar (privado). Para ambas, a possibilidade de conciliar o trabalho em casa com o magistério (SÁ E ROSA, 2004, p. 04).

Políticas públicas têm ajudado a diminuir a disparidade entre homens e mulheres no mercado de trabalho, mas o distanciamento histórico e profundo na ocupação das áreas sociais como educação e no mercado de trabalho ainda causam consequências severas, como: dependência financeira, empregabilidade dos homens, já que as funções domésticas e econômicas são divididas, responsabilidade da mulher pela criação e educação dos filhos, preconceitos existentes em uma sociedade de modelo patriarcal, dentre outros.

## **2.2 A Política de Cotas Por Gênero da UFAL: inclusão e resistência**

Com o movimento negro se estruturando na década de 1970, com os diversos grupos sendo formados no intuito de unir jovens negros e denunciar o preconceito, protestos, atos públicos e a atenção da população acerca dos problemas sociais, e a partir da Constituição de 1988 – que instituiu diversos preceitos progressistas, como a igualdade de gênero, a criminalização do racismo, direitos sociais como educação, trabalho e saúde para todos –, se viu a necessidade de políticas públicas para enfrentar a dívida histórica do Estado Brasileiro com esse grupo étnico.

No ano 2000, a partir da realização da I Conferência Mundial de Durban, contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância, em que os representantes do NEAB compareceram, começou então a se pensar nas políticas de compensação à escravidão nas universidades. Conduzido pelo NEAB, que teve início em Alagoas no ano de 1981, as ações de compensação se iniciaram a partir do Programa de Políticas Afirmativas para Afrodescendentes (PAAF), criado em 2003. Nele estava inserido a questão de cotas por etnia, ressaltando que na Lei Federal nº 12.711/2012 é garantida a legalidade do sistema de cotas com embasamento nessa dívida. A UNB foi a precursora das cotas de gênero, seguida por UFBA e UFAL e o PAAF. Atualmente em vigor, é dividido em 4 eixos: acesso, permanência, produção de conhecimento e formação.

Desde o ano de 2004, a Universidade Federal de Alagoas passou a adotar o sistema de cotas como política afirmativa para o acesso à sua instituição, reservando 20% do total de vagas para candidatos que se autodeclararam afrodescendentes oriundos de escolas públicas e uma subdivisão por gênero, onde 60% de suas vagas são destinadas às mulheres e 40% aos homens. A intenção era garantir a presença de mais mulheres e negros no ensino superior e, conseqüentemente, atuantes no mercado de trabalho. Mas, em 2012, a universidade, por meio de seu Conselho Universitário, teve que promover alterações em sua política de cotas, pois a subdivisão por gênero nunca esteve prevista na Lei Federal nº 12.711/2012, abrangendo apenas critérios de cotas para renda familiar e as etnias preto, pardo e índio, de acordo com as populações de cada estado. No ano de 2012, o decreto nº 7.824/2012, assinado pela então presidente Dilma Rousseff determinava que 50% das vagas deveriam ser destinadas para

cotistas em todas as universidades até o ano de 2016, enquanto as outras 50% deveriam seguir em ampla concorrência<sup>6</sup>.

Levando em consideração a matéria acima sobre cotas e subdivisão para homens e mulheres, com a escassa informação nas mídias impressas, digitais e nos repositórios de pesquisa, recorreu-se, então, ao levantamento e a análise das atas do CONSUNI, do período de 2003-2018, visando obter informações sobre a política de cotas por gênero na UFAL. O levantamento e a análise das atas do CONSUNI criou a necessidade de ampliar os espaços de pesquisa e, por isso, recorreu-se a mais um espaço de pesquisa, o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB)<sup>7</sup>, onde foi possível coletar outros documentos, textos complementares, que tratavam das Políticas Afirmativas da UFAL e que apresentavam dados importantes para o estudo.

A discussão de gênero aparece nas atas do CONSUNI a partir de 2003, com o lançamento da resolução nº 33/2003, o qual aprova o programa de políticas afirmativas para afrodescendentes no ensino superior na Universidade Federal de Alagoas (UFAL). A seguir, uma cronologia em torno destas políticas afirmativas:

- Em 2003 foi lançado a resolução nº 33/2003 pelo CONSUNI, o qual aprova o programa de políticas afirmativas para afrodescendentes no ensino superior na UFAL;
- De 2005 a 2015, 9,156 cotistas foram inseridos na universidade devido a essas políticas de cotas. Pessoas que talvez não teriam acesso à universidade, segundo os dados obtidos no NEAB (2018);
- Em 2005, 100 alunos do gênero feminino e 77 do masculino foram inseridos na UFAL através dessa política de cotas. Informações de 2015 mostram que 280 foram do gênero feminino e 319 do masculino, segundo dados do NTI obtidos no NEAB;
- Em 2012, a resolução nº 54/2012 normatiza a reserva de vagas (cotas) no processo seletivo de ingresso nos cursos de graduação da UFAL;
- Em 2013, a resolução nº 76/2013 estabelece percentual de 30% a ser aplicado na reserva de vagas do processo seletivo de ingresso nos cursos de graduação da UFAL em 2014;

---

<sup>6</sup> SOARES, Manuella. Ufal vai avaliar mudanças no sistema de cotas. *Universidade Federal de Alagoas*, Alagoas, 17 out. 2012

<sup>7</sup> Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB), grupo que deu início às suas atividades em 1959, com a criação do Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) na Universidade Federal da Bahia (UFBA).

- Em 2014, a resolução nº 60/2014 estabelece percentual de 40% a ser aplicado na reserva de vagas do processo seletivo de ingresso nos cursos de graduação da UFAL e da Escola Técnica de Artes (ETA/UFAL);
- Em 2015, a resolução nº 22/2015 estabelece o critério de inclusão regional de acesso aos candidatos dos cursos de graduação ofertados nos campi universitários da UFAL no interior do estado de Alagoas;
- Em 2015, dados do NTI mostram que o curso com maior número de cotistas ingressos é o de Pedagogia, com 64 cotistas, sendo o menor de Letras - Francês, com apenas 2.

Atualmente o sistema de cotas completa 6 anos e prevê 50% de vagas para cotistas, de acordo com a Lei nº 12.711/2012 abrangendo negros, pardos, indígenas, e proporcionando atendimento às questões de gênero, ao manter a divisão de ingresso em 60% para mulheres e 40% para homens. E essa discussão foi posta constantemente em pautas nas reuniões do CONSUNI.

No caso da UFAL já está previsto 20% (vinte por cento) de vagas para afrodescendentes, com reserva de vagas de 60% (sessenta por cento) deste montante para o gênero feminino. A proposta apresentada estabelece a ampliação deste percentual para 25% (vinte e cinco por cento), para vigorar no ano de 2013, aplicando-se os demais dispositivos da nova legislação federal. Ressaltando-se que os complementos do percentual para se atingir a meta de 50% previsto na lei deverão ser implementados até o ano de 2016.

[...] Com a aplicação do programa de cotas, reforçam a necessidade de ampliação da assistência estudantil. Propõem que o percentual para 2013 seja de 32,5% ao invés dos 25% da proposta apresentada.

[...] DELIBERAÇÃO: A proposta de ampliação do percentual em 2013 para 25% obteve 25 (vinte e cinco) votos favoráveis. A proposta de 32,5% obteve 09 (nove) votos favoráveis. – (CONSUNI/UFAL – Nov., 2012.)

[...] O Conselheiro Amauri Barros (PROGRAD) faz um arrazoado de informações e apresenta uma nova proposta de alteração de percentual de 30% (trinta por cento) a ser aplicado no tocante à reserva de vagas (COTAS) do processo seletivo de ingresso nos Cursos de Graduação da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, para o ano letivo de 2014. [...]

DELIBERAÇÃO: Proposta aprovada, com 36 (trinta e seis) votos favoráveis e 01 (uma) abstenção.” - (CONSUNI/UFAL – Nov., 2013.)

[...] Trata-se de proposta elaborada pela Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD/UFAL) estabelecendo o percentual de 40% (quarenta por cento) a ser aplicado no tocante à reserva de vagas (COTAS) do processo seletivo de ingresso nos Cursos de Graduação da Universidade Federal de Alagoas – UFAL

[...] DELIBERAÇÃO: Proposta aprovada por unanimidade de votos. - (CONSUNI/UFAL – Out., 2014.)

Após a ata de 02 de outubro de 2014, não houve mais pauta registrada sobre esse assunto, e não se sabe se atingiu o percentual de 50% como a lei prevê (a apuração de tais dados é de responsabilidade da Prograd e Proest – UFAL). Não conseguimos obter dados no NTI que possibilitasse realizar afirmações sobre os percentuais de ingresso dos estudantes a partir da relação gênero e cotas, nos últimos 4 anos. Porém, como incremento do sistema, e de acordo com a portaria nº 1.434, de 12 de setembro de 2016, busca-se a aplicação das cotas também nas pós-graduações.

Ao analisar atentamente as cotas, percebe-se a sua importância para ingresso e manutenção das mulheres nas universidades, pois surgem como estratégias de correção das mazelas históricas da sociedade, onde determinadas camadas da população foram historicamente subjugadas e invisibilizadas. Tomando Santana (2012, p.1) como referência, podemos afirmar que as cotas se desenvolvem “[...] na clara intenção de corrigir as desigualdades raciais, e com isso, estimular gradativamente a promoção da igualdade de oportunidades.” Segundo Munanga (2003, p. 6), a “ questão fundamental que se coloca não é a cota, mas sim o ingresso e a permanência dos negros nas universidades públicas. A cota é apenas um instrumento e uma medida emergencial enquanto se busca outros caminhos.”

Ações afirmativas consistem em políticas públicas ou privadas que possuem o objetivo de neutralizar os efeitos da discriminação de raça, gênero, idade, nacionalidade, aspectos físicos (GOMES, 2003). Ou seja, são políticas que tentam diminuir um passado desigual.

No que se refere especificamente ao sistema de cotas por gênero, suas características não são amplamente divulgadas. Quando divulgadas, não fazem menção clara ao conceito de gênero, sendo incluído dentro da denominação étnico-racial. Embora haja uma inserção da questão de gênero nas cotas, faz-se imprescindível uma maior visibilidade para essa política.

Em Alagoas, o desempenho educacional feminino frente aos homens é superior. Na tabela abaixo, pode-se visualizar o IDH municipal de Maceió ajustado à renda do trabalho e seus componentes, entre 2000 e 2010, onde as mulheres aparecem com taxa de escolarização maior se comparadas aos homens.

**Tabela 2 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes. Alagoas.**

<b>IDHM e componentes</b>	<b>M/2000</b>	<b>H/2000</b>	<b>M/2010</b>	<b>H/2010</b>
<b>IDHM Educação</b>	0,307	0,256	0,559	0,486
% de 18 anos ou mais com fundamental completo	27,26	22,84	43,31	37,51
% de 5 a 6 anos na escola	66,35	63,53	90,25	87,27

% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental REGULAR SERIADO ou com fundamental completo	34,10	25,83	87,12	79,77
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	18,62	12,21	46,66	32,62
% de 18 a 20 anos com médio completo	11,41	7,30	29,91	21,56

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013.

Outros dados também são os de crianças e jovens no estado de Alagoas, que seguem o padrão de crescimento principalmente quando se trata do gênero feminino.

**Tabela 3 - Educação de crianças e jovens. Alagoas.**

<b>IDHM e componentes</b>	<b>M/2000</b>	<b>H/2000</b>	<b>M/2010</b>	<b>H/2010</b>
Taxa de analfabetismo da população de 18 anos ou mais	33,00	34,95	24,26	26,95
Fundamental incompleto e analfabeto	38,09	38,39	28,83	31,28
Fundamental incompleto e alfabetizado	36,72	39,41	32,67	34,78
Fundamental completo e médio incompleto	7,84	8,03	11,39	11,36
Médio completo e superior incompleto	13,06	10,80	19,01	17,03
Superior completo	4,29	3,37	8,10	5,55

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013.

Nota-se que há um aumento expressivo de escolaridade de crianças a partir dos 5 anos, principalmente do sexo feminino, em ambas as tabelas, e em um período posterior a inserção das políticas afirmativas referentes às questões de gênero.

No que se refere ao trabalho, segue abaixo a tabela de ocupação no estado de Alagoas discriminados por sexo, do ano de 2000 a 2010.

**Tabela 4 - Ocupação da população de 18 anos ou mais. Alagoas.**

<b>IDHM e componentes</b>	<b>M/2000</b>	<b>H/2000</b>	<b>M/2010</b>	<b>H/2010</b>
Taxa de atividade - 18 anos ou mais	44,15	77,35	46,20	72,65
Taxa de desocupação - 18 anos ou mais	21,26	13,76	13,50	8,42
Grau de formalização dos ocupados - 18 anos ou mais	39,48	36,44	42,78	46,64
<b>Nível educacional dos ocupados</b>				
% dos ocupados com fundamental completo - 18 anos ou mais	41,68	24,98	57,32	41,66
% dos ocupados com médio completo - 18 anos ou mais	30,08	15,24	43,02	27,34

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013.

Os homens são mais ocupados que as mulheres, possuindo uma taxa de empregabilidade maior. No entanto, quando se refere ao nível educacional, as mulheres

apresentam melhores resultados. Logo, a crescente de empregabilidade feminina deve prosseguir, justamente em virtude da boa escolaridade que alcançam no território alagoano, tendo as cotas, nesse sentido, um papel importante.

Num questionário do mês de janeiro de 2018 direcionado aos estudantes da UFAL, a seguinte questão é colocada:

**Quadro 1 - Questionário feito aos estudantes da UFAL acerca de cotas.**

<ul style="list-style-type: none"> <li>• <input type="radio"/> 1 - Étnico/Racial</li> <li>• <input type="radio"/> 2 - Pessoa com deficiência</li> <li>• <input type="radio"/> 3 - Procedente de escola pública</li> <li>• <input type="radio"/> 4 - Social/renda familiar</li> <li>• <input type="radio"/> 5 - Outros</li> <li>• <input type="radio"/> 6 – Nenhum</li> </ul>
--

Fonte: dados obtidos pelo Sistema de Informação para Ensino (SIE Web, 20018).

No que se refere ao quadro 1 apresentado acima, como anteriormente apontado, fica evidente a ausência de especificidade e clareza acerca de gênero na descrição dos programas de cotas, sendo uma informação que pouco chega ao conhecimento público. Como já destacado, o ingresso por gênero está introduzido na delimitação étnico-racial, que figura no item 1 do questionário aplicado aos estudantes da UFAL.

Embora a cota por gênero esteja em vigor, e as políticas nacionais apontem para a necessidade de discutir as questões de gênero no Brasil, os currículos dos cursos de formação de professores (licenciaturas) ainda apresentam uma escassez de conteúdo, devido às poucas disciplinas sobre o assunto disponíveis nos cursos de graduação, mais especificamente nas licenciaturas.

**Tabela 5 - Cursos de Licenciatura da UFAL e disciplinas acerca da temática de gênero.**

<b>DISCIPLINA</b>	<b>CURSO/MODALIDADE</b>	<b>UNIDADE ACADÊMICA</b>
<b>EDUCAÇÃO E GÊNERO</b> (Eletiva - 40h)	<b>PEDAGOGIA</b> Presencial/EAD	<b>Centro de Educação</b>

<b>LITERATURA INGLESA E ESTUDOS FEMINISTAS</b> (Eletiva - 45h)	<b>LETRAS - INGLÊS</b> Presencial/EAD	<b>Faculdade de letras</b>
<b>ESTUDOS DE GÊNERO E SEXUALIDADE ELETIVA</b> (Eletiva - 60h)	<b>CIÊNCIAS SOCIAIS</b> Presencial	<b>Instituto de Ciências Sociais</b>
<b>DANÇA, GÊNERO E IDENTIDADE RACIAL</b> (Eletiva - 40h)	<b>DANÇA</b> Presencial	<b>Instituto de Ciências Humanas, Comunicação E Artes</b>

Fonte: a autora, 2018.

Apenas 4 cursos de licenciatura possuem disciplinas eletivas de 40 horas acerca da temática de gênero e/ou diversidade, sendo estes os cursos de Pedagogia, Letras - Inglês, Ciências Sociais e Dança, ou seja, exclusivamente disciplinas da área de Ciências Humanas. Todas as disciplinas que tratam de gênero são eletivas e possuem carga horária relativamente baixa.

A disciplina de Educação e Gênero é recente, incluída no curso de Pedagogia desde a aprovação do atual PPP, de 2006. Ela objetiva estudar as relações entre gênero e educação, abordando a feminização do magistério e o impacto na identidade do trabalho docente. A escolha de incluir essa disciplina no currículo se deve a necessidade de abordar temáticas que integrem a história das questões de gênero no contexto da escolarização. Educação e Gênero aparece como eletiva, embora houvesse a proposta<sup>8</sup> que, posteriormente, fosse convertida em matéria obrigatória, o que ainda não chegou a ser discutido pelo Núcleo Docente Estruturante – NDE (UFAL, PPP de Pedagogia, 2006).

Já a disciplina Literatura Inglesa e os Estudos Feministas aborda as mulheres e a construção do “feminino” presente em diversas culturas, e busca identificar autorias femininas em textos literários de língua inglesa (UFAL, PPP de Letras-Inglês, 2008).

Por sua vez, a disciplina Estudos de Gênero e Sexualidade segue por um viés antropológico as diferentes teorias e metodologias dos estudos de gênero, sua diferenciação

---

<sup>8</sup> A informação dessa proposta de conversão foi retirada a partir de uma conversa informal com o professor da disciplina de Educação e gênero.

cultural e os contextos socioculturais entre os indivíduos, bem como as marcas históricas de gênero e sexualidade (UFAL, PPP de Ciências Sociais, 2012).

Por fim, dentre as disciplinas que discutem o gênero, está Dança, Gênero e Identidade Racial, que foi inserida no currículo no ano de 2015.

Foi inserida a Disciplina eletiva de Dança, Gênero e Identidade Racial que vem complementar as discussões relacionadas a Lei 11.645/ 2008 que estabelece a inclusão no currículo oficial da rede de ensino, a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-brasileira e indígena (UFAL, PPP de Dança, 2016).

A disciplina busca analisar a intersecção de gênero e raça nas artes e observar a possibilidade da dança como conteúdo formativo para gêneros e raça.

A seguir, uma tabela que identifica cursos e disciplinas potencialmente capazes de propor uma discussão sobre a temática gênero na Universidade Federal de Alagoas.

**Tabela 6 - Cursos e disciplinas com o potencial teórico para abordar a temática de gênero.**

<b>DISCIPLINA</b>	<b>CURSO/MODALIDADE</b>	<b>UNIDADE ACADÊMICA</b>
<b>FUNDAMENTOS DA SEXUALIDADE HUMANA</b> (Eletiva - 40h)	<b>EDUCAÇÃO FÍSICA</b> Presencial	<b>Centro de Educação</b>
<b>EDUCAÇÃO E MOVIMENTOS SOCIAIS</b> (Eletiva - 40h)	<b>PEDAGOGIA</b> Presencial/EAD	<b>Centro de Educação</b>
<b>EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE ÉTNICO – RACIAL</b> (Eletiva - 40h)	<b>PEDAGOGIA</b> Presencial/EAD	<b>Centro de Educação</b>
<b>DEMOCRACIA E MOVIMENTOS SOCIAIS ELETIVA</b> (Eletiva - 40h)	<b>CIÊNCIAS SOCIAIS</b> Presencial/EAD	<b>Instituto de Ciências Sociais</b>

Fonte: a autora, 2018

A disciplina Fundamentos da Sexualidade Humana se desenvolve em torno da questão biológica do sexo, buscando refletir sobre afetividade e sexualidade. Em sua bibliografia não

há menção de gênero, mas indiretamente aborda essa questão ao falar da biologia humana e sua distinção entre homem e mulher (UFAL, PPP de Educação Física, 2006).

Sobre a disciplina Educação e Movimentos Sociais, sabe-se que direciona às contribuições dos movimentos sociais para a sociedade. Foi elencada na tabela pois, além do movimento feminista ser um movimento social, em sua bibliografia constam livros que falam sobre identidades múltiplas e afins, tendo potencial para explorar novas ramificações, como a questão de gênero, por exemplo (UFAL, PPP de Pedagogia, 2006).

A disciplina Educação e Diversidade Étnico-Racial está listada pois a etnia se relaciona ao tema, como a questão da exclusão social pela raça e pelo gênero feminino, por exemplo, podendo entrar como disciplina transversal (UFAL, PPP de Pedagogia, 2006).

Já Democracia e Movimentos Sociais não se encontra diretamente ligada ao debate de gênero, mas indiretamente é uma disciplina transversal, tendo potencial para abordar a temática, em virtude de os movimentos feministas estarem inseridos numa cadeia ampla de movimentos sociais (UFAL, PPP de Ciências Sociais, 2012).

Um fato que chama atenção é que em todos os cursos de licenciatura da UFAL faz-se presente a disciplina obrigatória denominada Profissão Docente, a qual não aborda especificamente a temática de gênero. Entretanto, tomando como auxílio as experiências individuais na disciplina, percebem-se discussões em torno da feminização da profissão docente, embora seja preciso destacar que o debate não consta como proposta na ementa da disciplina.

A constituição histórica do trabalho docente. A natureza do trabalho docente. Trabalho docente e relações de gênero. A autonomia do trabalho docente. A proletarianização do trabalho docente. Papel do Estado e a profissão docente. A formação e a ação política do docente no Brasil. A escola como locus do trabalho docente. Profissão docente e legislação (UFAL, PPP de todas licenciaturas).

A universidade, como espaço de debate e parte integrante da sociedade, reproduz relações de desigualdade entre homens e mulheres, através das discussões de gênero nas disciplinas ofertadas é possível questionar essas desigualdades, com o objetivo de formar cidadãos críticos e capazes de intervir na sociedade de forma justa. A ausência desses debates reforça os estereótipos de gênero e acentua ainda mais as desigualdades sociais. É possível ver uma presença limitada, nos cursos de ciências humanas, mas por qual motivo há uma falta de oferta nos cursos de exatas? Há uma visão equivocada de que os professores de matemática não podem abordar conteúdos sociais em sala de aula? Será que eles não abordam, por não serem preparados em seus cursos de licenciatura para isso? Os profissionais da educação

devem ir para a escola preparados pela universidade, mas se há ausência desses debates, professores despreparados são lançados no mercado de trabalho.

Na pesquisa efetuada no Diretório de Grupos de Pesquisa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) constatou-se a existência de 9 grupos de pesquisa institucionalizados na Universidade Federal de Alagoas que buscam discutir a temática de gênero.

**Tabela 7 - Levantamento de grupos de pesquisa que abordam gênero na UFAL.**

<b>UNIDADE ACADÊMICA</b>	<b>Ano de Início</b>	<b>GRUPO DE PESQUISA</b>	<b>LÍDERES</b>
Psicologia	1997	Família, Gênero e Desenvolvimento Humano	Heliane de Almeida Lins Leitão e Hulda Helena Coraciara Stadler
ICS	2005	Grupo de Estudo Gênero e Emancipação Humana	Belmira Rita da Costa Magalhães e Lígia dos Santos Ferreira
Sociologia	2008	Grupo de pesquisa e extensão gênero, diversidade e direitos humanos	Elvira Simões Barreto e Nadia Regina Loureiro de Barros Lima
ICS	2010	Mandacaru - Núcleo de Pesquisa em Gênero, Saúde e Direitos Humanos	Débora Allebrandt e Pedro Francisco Guedes do Nascimento
Educação	2011	Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Diversidade e Educação do Sertão Alagoano	Maria Aparecida Silva
Serviço Social	2015	Grupo de Pesquisa Frida Kahlo - Estudos de Gênero, Feminismos e Serviço Social	Andréa Pacheco de Mesquisa e Maria Olivia da Silva Monteiro
Psicologia	2017	Grupo de Estudos em Diversidades e Política – EDIS	Marcos Ribeiro Mesquita
Geografia	2018	GENTTES - Grupo de pesquisa sobre Gênero, Trabalho e Territórios	Suana Medeiros Silva
História	2018	Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Gênero e Sexualidade	Elias Ferreira Veras

Fonte: a autora, 2018.

O grupo de pesquisa Família, Gênero e Desenvolvimento Humano, existente desde 1997, busca estudar de forma interdisciplinar os processos histórico-culturais relacionados às

identidades de gênero e das sexualidades. E também a história da formação sociocultural brasileira, particularmente do Nordeste do Brasil, referentes às relações de gênero.

O grupo denominado Gênero e Emancipação Humana, criado em 2005, estuda as questões de gênero em suas várias nuances: trabalho, educação, literatura, linguística, política, saúde, gerações, violência, sexualidade, etnia, inclusão, psicanálise. Procuram analisar a discriminação da mulher nas diversas áreas e, ao mesmo tempo, buscam formas de enfrentamento dessa situação.

O Grupo de Pesquisa e Extensão Gênero, Diversidade e Direitos Humanos, em atividade desde 2008, visa valorizar a diversidade étnico-racial, as relações de gênero, a diversidade sexual e a superação de opressões por questões étnico-raciais, de gênero e classe social.

Dentre os grupos que se debruçam à temática temos, ainda, o Mandacaru - Núcleo de Estudos em Gênero, Saúde e Direitos Humanos, existente desde o ano de 2010.

Por sua vez, o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Diversidade e Educação do Sertão Alagoano, formado em 2011, tem por objetivo promover uma formação voltada para o aprofundamento de problemáticas sociais a exemplo das questões étnico raciais, de gênero e sexualidade como condição de enfrentamento das mesmas; fomentar estudos e pesquisas exitosas com a pretensão de uma produção acadêmica que subsidie e dialogue com várias áreas do conhecimento.

O Grupo de Pesquisa Frida Kahlo - Estudos de Gênero, Feminismos e Serviço Social, ativo desde 2015, estuda a mulher na contemporaneidade.

O Grupo de Estudos em Diversidades e Política - EDIS, criado em 2017, tem na linha de pesquisa um estudo de núcleo de direitos humanos e cidadania LGBT.

O Grupo de pesquisa sobre Gênero, Trabalho e Territórios (GENTTES), teve seu início recentemente, em 2018, e busca estudar as relações de gênero no campo e na cidade, com foco no papel social da mulher nos âmbitos do trabalho, da política e da produção de ciência, e no protagonismo das mesmas na história e nos movimentos sociais. Além disso, busca estudar a relação do Estado com as mulheres.

O Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Gênero e Sexualidade, também recente, desde 2018, estuda gênero e sexualidade por uma perspectiva historiográfica.

Outros 5 grupos de estudo foram identificados, mas não estão registrados no diretório do CAPES, aparecem na pesquisa de mídias digitais, sendo 1 de Psicologia, 2 de Serviço Social, 1 de Farmácia e 1 de Ciências Sociais.

**Tabela 8 - Grupos de Estudo Acerca de Gênero, não registrados na CAPES.**

<b>UNIDADE ACADÊMICA</b>	<b>GRUPO DE ESTUDOS</b>
ICS	Núcleo de Estudo e Pesquisa sobre a Condição Feminina – NEPFEM
FSO (BACHARELADO)	Política de juventude: Projeto: Gênero, diversidade e direitos humanos: o cinema nas tribos urbanas;
FSO (BACHARELADO)	Estudos de Gênero, Feminismos e Serviço Social
ESENFAR (BACHARELADO)	Mulher, Saúde e Sociedade
PSICOLOGIA (BACHARELADO)	Grupo de Pesquisa Família, Gênero e Desenvolvimento Humano

Fonte: a autora, 2018.

Com base nas áreas de conhecimento dos grupos, concentrados na área das ciências humanas, foi realizado o levantamento das produções acadêmicas, no âmbito da pós-graduação da UFAL, acerca da temática gênero. Os cursos de pós-graduação selecionados foram: História, Saúde Coletiva, Educação, Antropologia, Serviço Social, Sociologia, Psicologia e Geografia. Constatou-se a ausência de produções acadêmicas na maioria dos programas de pós-graduação que tratem da temática deste estudo. Foram encontrados apenas 7 trabalhos, dentre os quais: um na área de História, a saber, “Relação das mulheres com a justiça e o direito”, de Anne Karoline Mendonça; um do campo da Educação, intitulado “Oxe, eu sou macho, professor!: a escola e os processos de subjetivação dos meninos em um bairro de Maceió/AL”, de Julia Mayra Duarte; um na área de Psicologia, intitulado “Além da camisinha na banana: a participação dos jovens na discussão sobre diversidade sexual e gênero na escola”, de Juliano Bonfim dos Santos; e outros na área da Sociologia, como “Amor bandido: as telas afetivas que envolvem a mulher no tráfico de drogas”, de Elaine Cristina Pimentel Costa, “Movimento nacional de meninos e meninas de rua em Alagoas: identidade e crise” de Josineide Francisco dos Santos, “Gênero e práticas profissionais em um corredor hospitalar de alta complexidade em Maceió – AL”, de Alessandra Conceição da Silva e “Jornada no plural, gênero no feminino: considerações sobre trabalho doméstico”, de Geice Queila de Lima Silva.

É a partir da pesquisa que novas formas de pensamento são criadas, que debates são gerados, servindo de aprimoramento do conhecimento para criação de novas técnicas, com finalidade de desenvolvimento social, contribuindo para a formação do indivíduo. A ausência de estímulo e produção científica sobre gênero em Alagoas impacta na formação social e intelectual dos futuros professores, pois essa produção é um embasamento importante para que o sujeito se construa como um ser crítico, reflexivo e consciente que aprende a valorizar as diferenças e respeitar a singularidade do indivíduo. Sem produção não há debate preciso, não há identificação de necessidade do tratamento da temática na escola, há apenas uma invisibilização sobre a questão de gênero e reprodução de informações superficiais e, por vezes, não comprovadas, surgidas e reproduzidas pelo senso comum

A extensão universitária surge como terceiro pilar no âmbito acadêmico. No presente trabalho foram abordadas educação e pesquisa. A extensão é a ação da academia junto à comunidade para disponibilizar o conhecimento, para transmitir o que ela aprende e produz, sendo a contrapartida que a universidade dispõe à sociedade.

A relação da universidade com a comunidade se fortalece pela Extensão Universitária, ao proporcionar diálogo entre as partes e a possibilidade de desenvolver ações sócio-educativas que priorizam a superação das condições de desigualdade e exclusão ainda existentes. E, na medida em que socializa e disponibiliza seu conhecimento, tem a oportunidade de exercer e efetivar o compromisso com a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos (ROCHA 2007 apud SILVA, 2011, p.2).

Foi pensando na importância dessa conexão entre sociedade e extensão, e sua importância de contribuir positivamente para a melhoria social que realizamos o levantamento dos programas de extensão estruturais da UFAL e das ações de extensão relacionadas ao estudo e formação sobre gênero. Assim, na UFAL, atualmente existem 10 programas de extensão, sendo eles:

- Programa Círculos Comunitários de Atividades Extensionistas - ProCCAExt;
- Programa Casas de Cultura no Campus;
- Programa de Iniciação Artística – Proinart;
- Programa Conexões de Saberes – Pré-Enem;
- Programa de Ações Afirmativas Zumbi e Maninha XUKURU-KARIRI;
- Programa de Apoio aos Estudantes das Escolas Públicas do Estado - PAESPE;
- O Programa UnATI – UFAL - Universidade Aberta à Terceira Idade;
- Programa CAPACITASUAS;

- Programa Cultura Corporal, Esporte e Saúde;
- Casas de Cultura – Espaço Cultural.

Aqui, a fim de identificar as ações dos programas que tratem sobre a temática de gênero, foi feita uma busca no banco de dados da UFAL, o qual possui duas plataformas para pesquisa, o Sistemas da UFAL, em que se buscou ações de extensão no “Banco de ações de extensão”, nos dando resultados de 2007 à 2013, e também no banco de ações do Sistema Integrado de Gestão de Atividade Acadêmica, que nos deu retorno de 2014 à 2018, totalizando 30 arquivos, dentre eles: projetos, cursos, eventos, prestações de serviços, produtos e programas. Segue abaixo as informações coletadas:

**Tabela 9 – Ações de extensão. UFAL.**

<b>Ação De Extensão</b>	<b>Ano Referência</b>	<b>Título</b>	<b>Unidade</b>	<b>Coordenador</b>
Projeto	2007-2008	Escola Lilás: quando a universidade leva a discussão de gênero para alunos(as) e professores(as) do ensino fundamental e médio.	Faculdade de Serviço Social	Andrea Pacheco De Mesquita
Evento	2009	Educação, gênero e sexualidade - coisas de cinema	Centro de Educação	Angélica Silvana Pereira
Projeto	2009	Gênero e diversidade nas escolas	Faculdade de Serviço Social	Elvira Simões Barretto
Projeto	2009	Ciclo de Estudos - Gênero e diversidade	Serviço Social	Elvira Simões Barretto
Evento	2010	II Ciclo De Cinema Educação, Gênero E Sexualidade	Centro de Educação	Angélica Silvana Pereira
Projeto	2011-2013	A Percepção de Identidade na Educação Básica: Gênero, etnia e sexualidade nas relações educacionais das comunidades quilombolas e indígenas do alto sertão alagoano.	Campus Sertão	Maria Aparecida Silva

Projeto	2011	A relação gênero e educação no ensino fundamental: transformando práticas e saberes.	Campus Sertão	Adriana Deodato Costa
Projeto	2011	Enfrentando vulnerabilidades: gênero, raça, classe social e idade como afirmação da identidade de jovens em situação de risco social	Polo de Palmeira Dos Índios	Flavia Regina Guedes Ribeiro
Evento	2011	Fórum de pesquisa sobre gênero, saúde e direitos humanos	Instituto de Ciências Sociais	Nadia Elisa Meinerz
Evento	2012	III Semana da mulher no século XXI: do sexo ao gênero	Polo De Palmeira Dos Índios	Mailiz Garibotti Lusa
Projeto	2012	Desenvolvimento psicossocial de crianças e adolescentes no semiárido alagoano: políticas públicas, gênero e sexualidade na escola.	Polo de Palmeira dos Índios	Antonio Cesar De Holanda Santos
Evento	2013	Cine gênero especial em homenagem a campanha dos 16 dias de ativismo: com a exibição e debate do filme "no tempo das borboletas."	Faculdade de Serviço Social	Marli De Araújo Santos
Curso De Extensão	2013	Gênero e diversidade	Campus Sertão	Maria Aparecida Silva
Evento	2013	I Cine Gênero	Polo de Palmeira Dos Índios	Marli De Araújo Santos
Evento	2013	II Cine Gênero	Polo De Palmeira Dos Índios	Marli De Araújo Santos
Evento	2013	III Cine Gênero: com a exibição e debate do filme "revolução em Dagenham."	Polo De Palmeira Dos Índios	Marli De Araújo Santos
Evento	2014	V Semana da Mulher (2014):	Polo De Palmeira	Marli De

		Gênero, Sexualidade e Direitos.	Dos Índios	Araújo Santos
Projeto	2016	Movimentos sociais no campo: questões de organização e gênero	ICHCA	Artur Bispo Dos Santos Neto
Projeto	2016	Gênero e raça: fortalecimento identitário e empoderamento político de mulheres negras quilombolas	Polo De Palmeira Dos Índios	Flavia Regina Guedes Ribeiro
Projeto	2016	Gênero, diversidade, direitos humanos na educação	Faculdade Serviço Social	Elvira Simões
Projeto	2016	Escola Lilás: quando a universidade leva a discussão de gênero para alunas/os, professoras/es de escolas públicas de Maceió	Faculdade Serviço Social	Andrea Pacheco De Mesquita
Projeto	2017	Violência de gênero em alagoas: segunda metade do século XX.	ICHCA	Celia Nonata Da Silva
Evento	2017	Lançamento do observatório da diversidade étnico-racial, gênero e sexualidades	Campus Sertão	Ana Cristina Conceição Santos
Evento	2017	II Seminário nacional do NUDES & I Seminário regional do SINTUFAL sobre educação e diversidade étnica, sexual e de gênero. tema: a educação inclusiva e os atuais	Campus Sertão	Maria Aparecida Silva
Evento	2018	Diálogos interdisciplinares sobre gênero, raça e sexualidade.	ICHCA	Elias Ferreira Veras
Projeto	2018	Um olhar étnico-racial, de gênero e sexualidade sobre populações invisibilizadas do sertão alagoano, sua organização e relação com o poder público.	Campus Sertão	Maria Aparecida Silva
Projeto	2018	Gênero e raça: fortalecimento identitário e empoderamento político de mulheres negras quilombolas	Polo De Palmeira Dos	Flavia Regina Guedes Ribeiro

			Índios	
Projeto	2018	O uso dos recursos audiovisuais como elementos discursivos para superação do preconceito (raça, gênero, identidade) e da desigualdade na escola.	Campus Penedo	Marcos Paulo De Oliveira Sobral

Fonte: a autora, 2018.

No ano de 2007 houve apenas uma ação, a “Escola Lilás: quando a universidade leva a discussão de gênero para alunos (as) e professores (as) do ensino fundamental e médio”, que continuou no ano de 2008, tendo por objetivo propor a discussão de gênero para alunos e professores das escolas de Ensino Fundamental e Médio, para preparar os mesmos sobre a temática através de estudos e capacitações, oficinas, palestras e seminários, com fim último de elaborar uma cartilha para trabalhar na escola.

No ano de 2008, duas ações foram registradas, a “Escola Lilás: quando a universidade leva a discussão de gênero para alunos (as) e professores (as) do ensino fundamental e médio”, que também está presente no Polo de Palmeira dos Índios, e a “Oficina gênero e igualdade social para mulheres em situação de violência”. Esta última tem por objetivo alertar sobre a violência às mulheres no estado de Alagoas e contribuir através dos estudos do projeto de extensão no Centro de Atendimento e Referência às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica Dra. Terezinha Ramires com discentes e docentes da área de Serviço Social.

Em 2009, três ações foram lançadas. O “Ciclo de estudos - gênero e diversidade” que é um espaço de socialização para os integrantes da universidade e de órgãos públicos do estado de Alagoas para que possam realizar estudos e debates com a temática de gênero e diversidade. O segundo é o projeto “Educação, gênero e sexualidade - coisas de cinema” que tem como objetivo discutir as questões de identidade de gênero de maneira mais midiática, através de filmes, músicas, revistas, programas televisivos, peças publicitárias, jogos, etc. Por fim, o terceiro foi o projeto “Gênero e diversidade nas escolas”, que possui uma proposta parecida com o primeiro projeto de 2008, a Escola Lilás.

Seguindo com três ações no ano, em 2010 houve o evento “II ciclo de cinema educação, gênero e sexualidade”, sendo uma continuidade do “Educação, gênero e sexualidade - coisas de cinema”. O segundo, denominado “Representações sociais de gênero, étnico/raciais e de sexualidade entre os profissionais do magistério”, busca estudar gênero,

violência, discriminação e questão étnico-racial, para poder criar estratégias pedagógicas e democráticas, ampliando a discussão nas escolas. A terceira ação é a “Zum, Zum, Zum: gingando gênero na capoeira” que é um trabalho de pesquisa sobre a figura da mulher, sua presença e sua contribuição das rodas de capoeira em Maceió.

Em 2011, dobrou-se o número de ações ao ano, a primeira foi uma proposição do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Diversidade e Educação no sertão alagoano (NUDE Sertão) – Campus do Sertão, que continuou no ano de 2012, denominado “A percepção de identidade na educação básica: gênero, etnia e sexualidade nas relações educacionais das comunidades quilombolas e indígenas do alto sertão alagoano”, tendo por objetivo problematizar e levantar informações sobre a percepção de identidade dos quilombolas e indígenas, com foco nas questões de gênero. O projeto “A relação gênero e educação no Ensino Fundamental: transformando práticas e saberes”, que tem o mesmo objetivo que a Escola Lilás e Gênero e diversidade nas escolas, que buscam levar a temática para as escolas de Alagoas. O projeto “Enfrentando vulnerabilidades: gênero, raça, classe social e idade como afirmação da identidade de jovens em situação de risco social”, tem por temática a vulnerabilidade de jovens, e apesar de não possuir um eixo específico para gênero na descrição do projeto, se relaciona com os outros projetos anteriores que abordam violência e riscos sociais. O “Fórum de pesquisa sobre gênero, saúde e direitos humanos” é um evento que está presente em mais de 10 núcleos na região Nordeste e é um canal de diálogo para as outras universidades que trabalham a temática. O “Seminário gênero, sexualidade e cidadania: debatendo homofobia em Alagoas” é uma ramificação do fórum citado anteriormente, organizado pelo grupo de estudos Mandacaru, tendo por objetivo debater a homofobia em Alagoas. O último é o projeto “Violência e gênero: cultura e vitimização no estado de Alagoas”, que debate a questão social da violência.

Em 2012, o número diminuiu para 4 ações anuais. O primeiro foi o “Desenvolvimento psicossocial de crianças e adolescentes no semiárido alagoano: políticas públicas, gênero e sexualidade na escola”, que tem por objetivo levar o debate de gênero aos contextos escolares do sertão, ressignificar e emancipar os sujeitos daquele contexto. O evento “III semana da mulher no século XXI: do sexo ao gênero” aborda a construção social e histórica da mulher, e busca uma reflexão acerca de sua inserção social, política, econômica e cultural nos espaços sociais. O projeto de 2011, “A percepção de identidade na educação básica: gênero, etnia e sexualidade nas relações educacionais das comunidades quilombolas e indígenas do alto sertão alagoano” e o projeto “Sexualidade e relações de gênero no alto sertão alagoano”, onde

as crianças, adolescentes e jovens da comunidade quilombola de Cruz possam compreender questões de gênero, de sexualidade, questões raciais, para combater preconceitos e discriminações sociais.

Em 2013, houve sete projetos, sendo a “A percepção de identidade na Educação Básica: gênero, etnia e sexualidade nas relações educacionais das comunidades quilombolas e indígenas do alto sertão alagoano” e o projeto “Sexualidade e relações de gênero no alto sertão alagoano” em continuação, e quatro eventos “Cine-Gênero”. Os outros foram o “Gênero e diversidade”, que diferente dos outros dois coordenados pela professora Elvira Simões Barretto, é um curso de extensão realizado pela professora Maria Aparecida, que possui a iniciativa de abordar o gênero e respeito às identidades e diferenças, possuindo artigo final de curso como avaliação.

Em 2014, houve apenas um evento, a “V semana da mulher (2014): gênero, sexualidade e direitos”, que possui a mesma temática do evento de 2012, a “III semana da mulher no século XXI: do sexo ao gênero”.

Em 2016 retornam os projetos após um ano de 2015 sem atividades. “Gênero e raça: fortalecimento identitário e empoderamento político de mulheres negras quilombolas” foi composto por 4 discentes e 1 docente coordenador, sendo um projeto ligado a psicologia que busca educar grupos em formato de oficinas, direcionado especialmente às mulheres trabalhadoras rurais a fim de inseri-las no contexto de reflexão e empoderamento, na construção de suas identidades. Outro projeto foi “Gênero, diversidade, direitos humanos na educação”, que busca analisar a questão da violência, do capitalismo e dos direitos humanos e da equidade de gênero.

Em 2017 houve apenas duas ações, um evento e um projeto. O evento foi o lançamento do Observatório da Diversidade Étnico-racial, Gênero e Sexualidades, sendo um sob responsabilidade do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e vinculado ao grupo de estudos do sertão. Por sua vez, o projeto foi “Violência de gênero em Alagoas: segunda metade do século XX”, que buscou analisar o feminicídio.

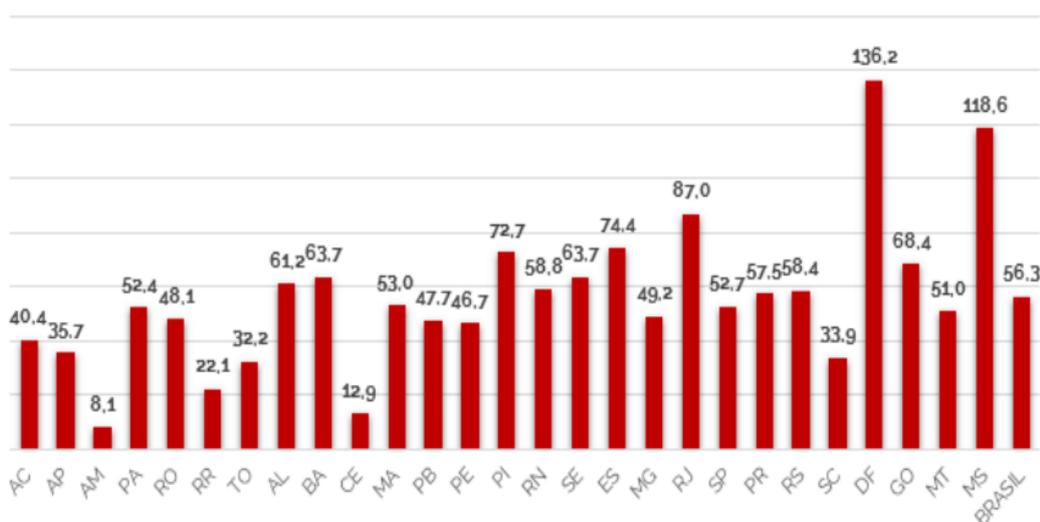
Em 2018 foram realizadas 4 ações. O “Diálogos interdisciplinares sobre gênero, raça e sexualidade”, sendo uma mesa de debates para discutir a construção social do preconceito, de gênero, raça, sexualidade e outros. Foi um evento aberto e organizado pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Gênero e Sexualidade (GEPHGS), do curso de História da Universidade Federal de Alagoas. O projeto “Um olhar étnico-racial, de gênero e sexualidade sobre populações invisibilizadas do sertão alagoano, sua organização e relação com o poder

público”, sendo iniciativa do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Diversidade e Educação do Sertão Alagoano (NUDES) e do Observatório da Diversidade Étnico-racial, Gênero e Sexualidades, para levantar informações sobre as ações realizadas pelas populações envolvidas e capacitá-las sobre a temática. O projeto “Gênero e raça: fortalecimento identitário e empoderamento político de mulheres negras quilombolas”, sendo continuidade do projeto de 2016 com o mesmo nome. O último foi o projeto “Diversidades em tela: o uso dos recursos audiovisuais como elementos discursivos para superação do preconceito (raça, gênero, identidade) e da desigualdade na escola”, a ação faz uso de recursos audiovisuais, como o cine-gênero para debater as questões de raça, gênero e identidade.

No período de dez anos (2008-2018), foram identificados e catalogados 16 projetos, 13 eventos e 1 curso de extensão, tendo uma média de 2 projetos e 2 eventos por ano, e apenas 15 professores extensionistas, pois os mesmos se repetem nos projetos e eventos realizados. Vale ressaltar também a baixa carga horária das ações realizadas, e no ano de 2015 não houve nenhum projeto ou evento registrado no sistema com a temática de gênero.

Um dos temas bastante recorrentes nesse levantamento foi a violência contra a mulher, e Alagoas está em 9º lugar, com 61,2% de registros, no que diz respeito aos relatos de violência registrados pelo Ligue 180, serviço oferecido pela Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM/PR), de acordo com o Balanço 2015 – Ligue 180, como podemos ver no gráfico abaixo:

**Gráfico 4 - Relatos de violência (por grupo de 100 mil mulheres), 2015.**



Fonte: Senado, 2018.

O estado de Alagoas possui maior população se comparado ao Distrito Federal e Mato Grosso do Sul, os dois estados que figuram como líderes do gráfico 4, no quesito relatos de violência contra a mulher (3,322 milhões de pessoas em Alagoas contra 3,013 no Distrito Federal e 2,62 milhões em Mato Grosso do Sul). Em comparação com o Distrito Federal – que lidera os índices com 136,2 relatos de violência por grupo de 100 mil mulheres –, segundo censo divulgado pelo IBGE, a população feminina encontra-se tecnicamente empatada, com 51,55% de mulheres em Alagoas e 52,19% de mulheres no Distrito Federal (IBGE, 2010). Entretanto, os níveis de escolarização em Alagoas são precários, o que pode ser decisivo para que os relatos sejam menos frequentes, visto a dependência financeira e psicológica das mulheres aos seus maridos e a limitante condição de inclusão no mercado de trabalho. Logo, ações no campo das políticas públicas e segurança auxiliam na diminuição das violências e acesso de informações são importantes para o aumento das denúncias, mas também a conscientização sobre direitos e maior inclusão dos temas referentes ao gênero em sala de aula, desde a Educação Básica até o Ensino Universitário.

Vemos então a importância de ter ações acadêmicas voltadas para a temática, a fim de combater e minimizar esse número expressivo de relatos de violência contra a mulher.

Todos os projetos e eventos identificados no estudo são de cursos da área de ciências humanas, e na maioria, como já abordado antes, ofertados por “cursos tidos como feminilizados”. A quantidade das ações, embora represente um avanço, ainda é restrita, são apenas 2 projetos e 2 eventos por ano com a temática gênero. Mesmo que sejam muito qualificadas as atividades realizadas, o número de ações não possibilita que a comunidade acadêmica tenha acesso às informações necessárias ao debate sobre gênero na escola e na sociedade, não possibilita ao futuro docente organizar seus pensamentos, debater sobre, ou ter fundamentação teórica para ampliar seus estudos, sua formação pessoal e profissional.

Mesmo sendo a docência, possivelmente, o primeiro lugar de inserção da mulher como trabalhador escolarizado e formalizado na história do Brasil, pouco espaços encontramos para o debate sobre gênero nos cursos de licenciatura, sendo uma temática ainda pouco discutida, tendo uma presença seletiva na universidade, apenas nos cursos de licenciatura da área de ciências humanas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer da pesquisa, algumas dificuldades foram encontradas, como o acesso de dados (como, por exemplo, a ausência de dados atualizados no banco de dados de TCC's da UFAL) ou poucas informações nas atas do CONSUNI, que por sua vez apenas abordavam a pauta e se foi deferida ou indeferida uma proposta sem apresentar a descrição do tema discutido, como por exemplo uma das primeiras atas, de 2004 em que está descrito

A profª Maria das Graças fala sobre o processo seletivo seriado (PSS) e a questão das cotas para afrodescendentes. Informa, ainda, sobre a 5ª reunião da Comissão Própria de Avaliação da UFAL, com o objetivo de montar juntamente com a sociedade, um modelo de autoavaliação.

O assunto é tocado apenas à título de informação, mas o que foi discutido acerca dessa pauta, não está especificado no documento oficial. A ausência de informações nos textos oficiais tem como reflexo lacunas na compreensão dos fatores que colaboram para institucionalização das cotas por gênero na UFAL e que foram os sujeitos propositores da ação.

Outra dificuldade foi termos acessado diversas informações não-oficiais, por meio de relatos orais e texto não oficiais, e não podermos utilizar como material empírico ao longo da pesquisa, pois se tratavam de fragmentos de documentos ou narrativas espontâneas. Por isso, acredita-se que o estudo com história oral possa ser um caminho para melhor apresentar as etapas e efeitos da política de cotas por gênero na UFAL. Esse percurso não foi possível neste estudo, mas pode ser realizado por outros pesquisadores que desejem se aprofundar na temática, tendo maior compreensão da história das políticas de cotas na UFAL e da relação universidade e gênero como objeto de pesquisa.

A pesquisa nos mostrou várias possibilidades e resultados que nos fizeram acreditar que, apesar de estarmos no caminho de uma importante mudança social e histórica por inserir a discussão de gênero no âmbito acadêmico, ainda há pouca produção e debate acadêmico referente a essa questão na universidade.

Em cursos de licenciatura, é de fundamental importância que os docentes em formação alcancem um desenvolvimento aberto e desmistificado de suas potencialidades sociais, culturais e intelectuais, atuando de maneira consciente no mercado de trabalho em âmbito educacional, compreendendo, dentre outras questões, as perspectivas de gênero. Logo, os

trabalhos desenvolvidos pela universidade, embora sejam importantes para inserção da temática na formação do professor, ainda são insuficientes.

Como resultado das análises de documentos oficiais e dos dados que trataram das atividades de ensino, pesquisa e extensão na UFAL, em torno dos cursos superiores de formação de professores da UFAL, pode-se constatar a ausência de uma discussão mais intensa da temática de gênero no currículo desses cursos. Visto que, o assunto possui grande importância, pois causa impacto positivo sobre a sociedade, aprimorando o senso crítico dos indivíduos, se faz necessária uma profunda reflexão de como abordar a temática nos cursos de formação de professores. Para tanto, é preciso construir uma realidade escolar, em todos os seus níveis, que preveja a inclusão de uma literatura que trate da participação feminina na construção histórica das instituições sociais, para combater sua invisibilização.

A educação é uma poderosa ferramenta na luta para amenizar a desigualdade de direitos numa sociedade e, através da luta dos movimentos feministas em todo o mundo, o acesso educacional pôde ser ampliado. Educar é uma construção ininterrupta, uma maneira de formar e ajudar o aluno a crescer socialmente, onde o papel da universidade é precisamente servir de espaço para a formação profissional-intelectual deste indivíduo. Ainda, cabe registrar que muitas oficinas, cursos complementares, seminários e amplos debates são realizados dentro e fora do espaço escolar, sem que sejam registrados. As instituições de ensino são fundamentais para a contribuição na modificação de comportamentos sociais, desde que haja um corpo de profissionais capazes para explorar os temas envolvendo gênero, deve se promover o amplo debate em sala de aula, iniciando na universidade, para que se possa migrar ao Ensino Básico através de seus profissionais.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jane Soares de. *Mulher e educação: a paixão pelo possível*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

ALMEIDA, Jane Soares de. Professoras virtuosas; mães educadas; retratos de mulheres nos tempos da república brasileira (século XIX/XX). *Revista Histedbr*. Campinas, n. 42, p. 143-156, jun. 2011.

Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. **IV pesquisa do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das instituições federais de ensino superior brasileiras**. São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2015/11/IV-Pesquisa-do-Perfil-Socioecon%C3%B4mico-e-Cultural-dos-Estudantes-de-Gradua%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 25/12/2017.

BARRETO, Andreia. **A mulher no ensino superior: distribuição e representatividade**. Cadernos do GEA, n. 6, jul./dez. Rio de Janeiro, 2014.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2 ed. 2009.

BRASIL. **Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil - Alagoas**. Disponível em: <[http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil\\_uf/alagoas/](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_uf/alagoas/)>. Acesso em: 12/03/2018.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013. 114 p. : il.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2015/default.shtm>>. Acesso em: 12/03/2018.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 1.434, de 12 de setembro de 2016. Aprova o Programa Ações Afirmativas para Afro-descendentes no Ensino Superior na Universidade Federal de Alagoas. **Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação**, 12 set. 2016.

Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, **1988**. 292 p. BRASIL. **Constituição (1988)**. **Constituição** da República Federativa do Brasil.

BLAY, Eva Alteman. **8 de março: conquistas e controvérsias**. 2001.

BLAY, Eva Alteman. **Gênero na universidade**. São Paulo, 2002.

BORTOLNI, Alexandre; MOSTAFA, Maria; COLBERT, Melissa; BICALHO, Pedro Paulo; POLATO, Roney; PINHEIRO, Thiafo Félix. **trabalhando diversidade sexual e de gênero na escola: Currículo e Prática Pedagógica**. Rio de Janeiro: Pró-Reitoria de Extensão, 2014.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10, de 4 de abril de 1835.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, 2013 – 2015**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013. 114 p.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932.

\_\_\_\_\_. Decreto Lei nº 7.247, de 19 de abril de 1879.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012.

\_\_\_\_\_. Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/web/dgp>> Acesso em: 13/08/2018.

\_\_\_\_\_. Lei Federal nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.

\_\_\_\_\_. Lei nº 7.353, de 29 de agosto de 1985.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual / Secretaria de Educação Fundamental**. – Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro101.pdf>>. Acesso em: 05/11/17.

CASTANHA, André Paulo. Escolas Normais no século XIX: um estudo comparativo. **Revista Histedbr**. Campinas, n. 32, p. 17-36, dez. 2008.

CONSELHO UNIVERSITÁRIO. **Aprova o programa de políticas afirmativas para afrodescendentes no ensino superior na UFAL**. Resolução n. 33/2003.

COSTA, Elaine Cristina Pimentel. **Amor bandido**: as telas afetivas que envolvem a mulher no tráfico de drogas. Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2008.

DUARTE, Julia Mayra. **Oxe, eu sou macho, professor!**: a escola e os processos de subjetivação dos meninos em um bairro de Maceió/AL. Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2013.

FERREIRA, Márcio Porciúncula. Currículo, Gênero E Sexualidade: Questões Indispensáveis À Formação Docente. **Revista Margens Interdisciplinar**, v. 9, n. 12, p. 37-56, mai. 2016. Disponível em:<<https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/2995/3043>>. Acesso em: 20/11/17.

GOMES, Joaquim Benedito Barbosa. **O debate constitucional sobre as ações afirmativas**. In: Santos, Renato Emerson dos; Lobato, Fátima (Orgs.). **Ações afirmativas: políticas públicas contras desigualdades raciais**. Rio de Janeiro: DP & A Editora, 2003. p. 15-57.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Balanco das inscrições – ENEM 2017**. Brasília: INEP, 2017. Disponível em:<[http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/enem/downloads/2017/apresentacao\\_dados\\_inscricoes\\_enem\\_2017.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/downloads/2017/apresentacao_dados_inscricoes_enem_2017.pdf)>. Acesso em: 22/12/2017.

---

**Sinopse**  
**estatística da educação superior 2016.** Brasília: INEP, 2017. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 17/11/2017.

---

**Estudo**  
**exploratório sobre o professor brasileiro.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/estudoprofessor.pdf>>. Acesso em: 17/11/2017

LIMA, Juliana Domingos de. **5 fatos sobre as mulheres no Brasil, segundo este estudo do Ipea.** Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/03/07/5-fatos-sobre-as-mulheres-no-Brasil-segundo-este-estudo-do-Ipea>>. Acesso em: 10/11/17.

LOPES, J. **Fazer Do Trabalho Científico Em Ciências Sociais Aplicadas.** Recife: Editora Universitária UFPE, 2006.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação:** uma perspectiva pós-estruturalista. 1 ed. São Paulo: Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação:** uma perspectiva pós-estruturalista. 1 ed. São Paulo: Vozes, 1997.

MENDONÇA, Anne Karoline. **Relação das mulheres com a justiça e o direito.** Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2016.

MORENO, História na base nacional comum curricular: Déjà vu e novos dilemas no século XXI. 2015. **Revista História e Ensino.** Universidade Estadual de Londrina, v. 22, n. 1, p. 07-27, jan., jun. 2016. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/viewFile/26158/19188>>. Acesso em: 01/12/17.

MOMO et al. Institucionalização de políticas públicas de promoção da igualdade de gênero: sistematizando trajetórias de iniciativas nacionais e internacionais. **Revista Holos.** Instituto Federal do Rio Grande do Norte, Mossoró, Ano 29, v. 1, p. 188-202, mar. 2013.

MUNANGA, Kabengele. Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: Um ponto de vista em defesa de cotas. **Revista Espaço Acadêmico.** Universidade Estadual de Maringá, Paraná, Ano II, v. 4, n. 2, p. 31-43, jun., dez. 2003. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/fchf/article/view/515/464>>. Acesso em: 20/11/17.

OLIVEIRA, Ana Clara Menezes de. A evolução da mulher no Brasil do período da colônia a república. **VI Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade,** Sergipe, set. 2012. Disponível em: <[http://educonse.com.br/2012/eixo\\_02/PDF/103.pdf](http://educonse.com.br/2012/eixo_02/PDF/103.pdf)>. Acesso em: 12/12/17.  
PÁDUA, E. M. M. Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática. 2. ed. São Paulo: Papirus, 1997.

**Panorama da violência contra as mulheres no Brasil** [recurso eletrônico]: indicadores nacionais e estaduais. – N. 1 (2016) -. -- Brasília : Senado Federal, Observatório da Mulher Contra a Violência, 2016.

PATRÍCIO, Daniela Silva. **Educação e gênero: uma discussão para além da inclusão igualitária.** São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.simposioestadopoliticas.ufu.br/imagens/anais/pdf/CC06.pdf>>. Acesso em: 20/11/17.

**Por que as mulheres “desapareceram” dos cursos de computação?** Jornal da USP. São Paulo, 2018. Disponível em: <<http://jornal.usp.br/universidade/por-que-as-mulheres-desapareceram-dos-cursos-de-computacao/>>. Acesso em 10/03/18.

RAMINELLI, R. J. Eva Tupinambá. In: Mary del Priore. (Org.). **História das mulheres no Brasil.** São Paulo: UNESP, 2007.

SÁ, Carolina Mafra; ROSA, Walquíria Miranda. A história da feminização do magistério no Brasil: Uma revisão bibliográfica. **Sociedade Brasileira de História da Educação.** Minas Gerais. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Coord/Eixo5/477.pdf>>. Acesso em: 22/11/17.

SANTANA, Jusciney Carvalho. As cotas raciais no contexto neoliberal: apontamentos para uma reflexão. **VII Seminário Regional de Política e Administração da Educação do Nordeste.** Associação Nacional de Política e Administração da Educação. p. 1-11, 2012.

SANTOS, Carolina Marins. **Por que as mulheres “desaparecem” dos cursos de computação?** *Jornal da USP*, São Paulo, 17 mar. 2018.

SANTOS, Josineide Francisco dos. **Movimento nacional de meninos e meninas de rua em Alagoas: Identidade e crise.** Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2005.

SANTOS, Juliano Bonfim dos. “**Além da camisinha na banana**”: a experiência da participação de jovens nas discussões sobre diversidade sexual e gênero na escola. Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2016.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade.** Vol. 20 (2), jul/dez. 1995. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod\\_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf)>. Acesso em: 23/11/17.

SILVA, Alessandra Conceição da Silva. **Gênero e práticas profissionais em um corredor hospitalar de alta complexidade em Maceió – AL.** Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2013.

SILVA, Carla da. A desigualdade imposta pelos papéis de homem e mulher: uma possibilidade de construção da igualdade de gênero. **Centro Universitário Amparense.** São Paulo. p. 1-9, 2011.

SILVA, Crísthenes Fabiene de Araújo; JÚNIOR, Cláudio Gomes da Silva. Elas em foco: a produção sobre a mulher e questões de gênero na Universidade Federal de Alagoas. **Portal de Conferências do Laboratório de Tecnologias Intelectuais.** Paraíba, 2013. Disponível em:

<<http://www.ufpb.br/evento/index.php/18redor/18redor/paper/view/2257>>. Acesso em: 25/11/17.

SILVA, Geice Queila de Lima Silva. **Jornada no plural, gênero no feminino**: considerações sobre trabalho doméstico. Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2013.

SILVA, Valéria. Ensino, pesquisa e extensão: Uma análise das atividades desenvolvidas no GPAM e suas contribuições para a formação acadêmica. **Base de dados do Scielo**. Vitória, nov. 2011. Disponível em: <<http://files.gpam-unimontes.webnode.com.br/200000305-567a257739/resumo%20apresentado%20no%20semin-%C3%ADrio%20de%20artes%20e%20no%20Artes%20na%20escola%20em%202011.pdf>>. Acesso em: 22 ago. 2012.

TENENTE, Luíza; LOPES, Elielton. **Número de novos alunos em cursos superiores presenciais cai em 2016**. G1. Rio de Janeiro. 31 ago. 2017.

Universidade Federal de Alagoas., **Projeto Pedagógico Institucional da Universidade Federal de Alagoas**, Maceió, 2008.

\_\_\_\_\_. **Projeto Político-Pedagógico Do Curso De Pedagogia**. Alagoas, 2006. Disponível em: <[https://ufal.br/estudante/graduacao/projetos-pedagogicos/campus-maceio/ppc-pedagogia-licenciatura.pdf/at\\_download/file](https://ufal.br/estudante/graduacao/projetos-pedagogicos/campus-maceio/ppc-pedagogia-licenciatura.pdf/at_download/file)> Acesso em: 11/03/2018

\_\_\_\_\_. **Projeto Político-Pedagógico Do Curso De Licenciatura Em Letras**. Alagoas, 2008. Disponível em: <<https://ufal.br/estudante/graduacao/projetos-pedagogicos/campus-maceio/ppc-letras-portugues.pdf>> Acesso em: 11/03/2018

\_\_\_\_\_. **Projeto Pedagógico Ciências Sociais - Licenciatura**. Alagoas, 2012. Disponível em: <[www.ufal.edu.br/.../ics/.../projeto-politico-pedagogico-do...de-ciencias-sociais.../file](http://www.ufal.edu.br/.../ics/.../projeto-politico-pedagogico-do...de-ciencias-sociais.../file)> Acesso em: 11/03/2018.

\_\_\_\_\_. **Projeto Pedagógico Do Curso De Dança - Licenciatura**. Alagoas, 2016. Disponível em: <<https://ufal.br/estudante/graduacao/projetos-pedagogicos/campus-maceio/ppc-danca.pdf/view>> Acesso em: 11/03/2018.

\_\_\_\_\_. **Projeto Pedagógico Do Curso De Graduação Em Educação Física – Licenciatura**. Alagoas, 2006. Disponível em: <<https://ufal.br/estudante/graduacao/projetos-pedagogicos/campus-maceio/ppc-educacao-fisica-licenciatura.pdf>> Acesso em: 11/03/2018.

\_\_\_\_\_. **Ufal vai avaliar mudanças no sistema de cotas.** Alagoas, 2012. Disponível em: <<http://www.ufal.edu.br/noticias/2012/10/ufal-vai-avaliar-mudancas-no-sistema-de-cotas>>. Acesso em: 11/03/2018.

\_\_\_\_\_. Extensão Universitária. Alagoas, 2018. Disponível em: <<https://ufal.br/ufal/extensao>>. Acesso em: 13/08/2018.

\_\_\_\_\_. Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas. Alagoas, 2018. Disponível em: <[http://sigaa.sig.ufal.br/sigaa/public/extensao/consulta\\_extensao.jsf?aba=p-extensao](http://sigaa.sig.ufal.br/sigaa/public/extensao/consulta_extensao.jsf?aba=p-extensao)>. Acesso em: 13/08/2018.

\_\_\_\_\_. Banco de Ações de Extensão. Alagoas, 2018. Disponível em: <[http://sistemas.ufal.br/sie\\_bancodeprojetos/inicio.jsf](http://sistemas.ufal.br/sie_bancodeprojetos/inicio.jsf)>. Acesso em: 13/08/2018.

\_\_\_\_\_. CONSUNI. ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA MENSAL DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UFAL (CONSUNI) - 05 DE NOVEMBRO DE 2012.

\_\_\_\_\_. CONSUNI. ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA MENSAL DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UFAL (CONSUNI), OCORRIDA EM 04 DE NOVEMBRO DE 2013.

\_\_\_\_\_. CONSUNI. ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA MENSAL DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UFAL (CONSUNI), OCORRIDA EM 02 DE OUTUBRO DE 2014.

\_\_\_\_\_. CONSUNI. ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA MENSAL DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UFAL (CONSUNI), OCORRIDA EM 06 DE DEZEMBRO DE 2004.